



Nº 1137 - Semanal
0,50 €

17 Janeiro 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director **António José Seguro** Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
Internet www.ps.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

SOCIALISTAS ELEGEM SEXTA E SÁBADO NOVO SECRETÁRIO- -GERAL



ENTREVISTA A CARLOS TEIXEIRA

UM AUTARCA PRÓXIMO DOS MUNÍCIPES

A habitação é o maior dos problemas em Loures. Por isso, até 2004, Carlos Teixeira quer acabar com os bairros clandestinos e mandar abaixo as barracas. Nos próximos quatro anos a aposta vai também para a educação e para a criação de um agência de desenvolvimento local que atraia indústrias não poluentes. Para o novo presidente da Câmara de Loures, as obras de vulto que foram feitas no concelho devem-se à acção do Governo do PS e não ao trabalho dos anteriores executivos comunistas. A vantagem relativa de Loures é a proximidade com Lisboa e a grande qualidade das acessibilidades.

Fã confesso de Ferro Rodrigues, vai empenhar-se na mobilização dos socialistas do concelho na batalha das legislativas, para levar o mais que provável futuro líder do PS a primeiro-ministro. ► Página 10

ALQUEVA

MAIS UMA PROMESSA CUMPRIDA

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, assinalou a conclusão dos trabalhos de construção do paredão da barragem de Alqueva e deslocou-se à nova aldeia da Luz, para verificar a situação dos acabamentos. As comportas devem ser fechadas para testes já no próximo mês. Esta é uma obra que para sempre ficará ligada aos governos do PS. ► Página 15

TECNOLOGIA

O ESTADO NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

O Governo continua apostado em modernizar a Administração Pública através do recurso generalizado às novas tecnologias de informação. O último Conselho de Ministros aprovou um conjunto de diplomas que efectivam a «Iniciativa Internet». ► Página 13

A SEMANA REVISTA

Decorreram por todo o País sessões dos candidatos à liderança do PS. Ferro Rodrigues e Paulo Penedos reuniram-se com os militantes para apresentarem as suas ideias e discutirem o futuro do PS e de Portugal.

Ferro Rodrigues reuniu-se em Lisboa com independentes numa reedição dos Estados Gerais. A ideia é obter contributos para o Programa de Governo que o PS vai apresentar ao eleitorado a 17 de Março.

A ministra do Planeamento esteve em Alqueva onde anunciou o calendário definitivo para o encerramento das comportas da barragem e a data da transferência dos habitantes da Aldeia da Luz para a nova localidade. Longe os tempos do «construam-me porra», Alqueva é um marco da governação socialista.

Os ministros da Educação e da Cultura celebraram um protocolo que visa levar os jovens alunos das escolas portuguesas a visitarem as gravuras rupestres de Foz Côa.

As pulseiras electrónicas para os presos preventivos passaram a ser uma realidade e constituem uma medida que vai permitir obviar à superlotação das cadeias. A justiça em Portugal deu mais um passo na sua modernização.

O ministro da Defesa Nacional esteve em Timor onde ofereceu duas lanchas às autoridades do novo Estado. Timor, designio nacional, conhece assim a efectiva solidariedade de Portugal.

Mário Soares presidiu à sessão do Parlamento Europeu que procedeu à eleição do seu novo presidente. Na intervenção que proferiu em Estrasburgo, o ex-Presidente da República deixou uma palavra de elogio a Nicole Fontaine.

O último relatório da OCDE diz que Portugal vai sair da fase de abrandamento económico mais cedo do que inicialmente se previa, de acordo, aliás, com as palavras de António Guterres na sua mensagem de Natal.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



DURÃO BARRISO

– Porque é que te ris tanto, Zé Manel?!

– Então não é que o Cavaco acreditou mesmo que eu ia privatizar a Caixa Geral de Depósitos!!!

FOTOMONTAGEM DE ANTÓNIO COLAÇO
A PARTIR DE FOTOGRAFIA DE ANA BAIÃO (EXPRESSO)

SENTIDO DE RESPONSABILIDADE

Ao bota-abixo da oposição, e em particular do PSD, os socialistas têm sabido responder com a consciência dos erros cometidos e com o realismo de que o balanço da governação dos últimos seis anos é claramente positivo.

A família socialista vai a votos nos próximos dias 18 e 19 de Janeiro para eleger o 5º secretário-geral do Partido Socialista, num clima de unidade e de estabilidade interna. Para os menos atentos isto era difícil de imaginar há um mês, quando o PS obteve a sua primeira derrota da última década. Com efeito, após a demissão de António Guterres e o previsível anúncio da dissolução do Parlamento pelo Presidente da República, os socialistas souberam colocar acima das suas opiniões pessoais o objectivo central de ganhar as próximas eleições legislativas. Este sentido de responsabilidade foi confirmado ao longo de duas semanas de campanha interna, onde os militantes e os amigos do PS se mobilizaram e encheram as salas em todos os distritos do País. Marcaram presença para expressarem o seu orgulho na obra feita mas também a sua crítica construtiva de quem tem consciência que tem de aprender com os próprios erros.

Ao bota-abaixo da oposição, e em particular do PSD, os socialistas têm sabido responder com a consciência dos erros cometidos e com o realismo de que o balanço da governação dos últimos seis anos é claramente positivo. Portugal está melhor do que estava em 1995. Os portugueses vivem melhor do que viviam em 1995. Mas para que assim continue é necessário a continuação de políticas de mais rigor, mais determinação e mais afrontamento aos interesses corporativos que se manifestam. A nossa tarefa não é a de prometermos sol na eira e chuva no nabal, mas a de utilizarmos uma linguagem de verdade para reforçar a relação de confiança com os portugueses e, através dela, mobilizar o país para continuarmos a convergir com os países da União Europeia, garantirmos mais e melhor emprego e mais e melhor qualidade de vida.

Os portugueses esperam de nós propostas concretas que resolvam os problemas do seu dia-a-dia. São essas propostas que vamos apresentar, obedecendo a uma coerência estratégica de sustentabilidade do desenvolvimento de Portugal.

Esta é uma tarefa que nos deve mobilizar a todos.



ANTÓNIO JOSÉ SEGURO



Militar de Abril, lutador da democracia, economista, ex-conselheiro de Estado e principal responsável pelas campanhas presidenciais de Mário Soares, o comandante Gomes Mota, que faleceu no sábado vítima de doença prolongada, teve ainda um papel activo nas vitórias de Jorge Sampaio e João Soares em Lisboa. Homem da liberdade e combatente pela consolidação da democracia, Gomes Mota contava 69 anos.

FALECEU GOMES MOTA

UM HOMEM DE ACÇÃO E DE CONVICÇÕES

«Gomes Mota foi um homem de convicções e de valores, com um invulgar sentido ético da vida»

MÁRIO SOARES

José de Magalhães Saldanha Gomes Mota, que era oficial da Marinha de Guerra na reserva, teve o seu percurso marcado pela estreita colaboração com Mário Soares, tendo dirigido o MASP 1 e o MASP 2. Esteve ainda à frente do congresso «Portugal, que futuro?», em 1994, um importante contributo na denúncia do pseudo-oásis cavaquista.

Licenciado em Económicas, em 1970, com a melhor classificação em todo o País, fez sempre questão antes do 25 de Abril de mostrar a sua oposição à ditadura.

Em 1975, Gomes Mota esteve ao lado do Grupo dos Nove contra o gonçalvismo, e foi no sótão da sua casa que tiveram lugar reuniões onde se debatia a forma de pôr travão à ascensão das forças totalitárias.

Põe fim à carreira militar e dedica-se com sucesso à vida empresarial mercê da sua

licenciatura em Economia, dos seus contactos e do natural jeito para os negócios. Foi consultor económico e no mundo da Comunicação Social destacou-se como proprietário da revista «Negócios».

Mas a vida de Gomes Mota acabou por ficar marcada pelo apoio que deu às candidaturas de Mário Soares e Jorge Sampaio para as presidenciais.

Esteve à frente dos destinos da TAP duas vezes, até que entrou em conflito com o então primeiro-ministro Cavaco Silva e, em 1984, abandonou definitivamente a administração da companhia aérea portuguesa.

Gomes Mota chegou também a secretário de Estado da Cooperação e administrador de empresas públicas quando o PS estava no poder. Sempre ligado ao nosso partido, a sua filiação partidária aconteceu só no final do ano 2000, com a ficha de adesão assinada por Mário Soares. Tinha o número 25.502, e militava na Secção do Bairro Alto.

J. C. C. B.



EDUARDO QUINTA NOVA

AJUDAR O PS É AJUDAR PORTUGAL

Reconhecer com humildade aquilo que não correu bem na acção governativa do PS, apresentar projectos credíveis e falar com verdade é a fórmula para a vitória na próxima contenda eleitoral. Uma visão defendida por Eduardo Quinta Nova, *O Militante* que esta semana fala ao «Acção Socialista».

Certo de que «quando estamos a ajudar o Partido Socialista a ganhar eleições estamos também a ajudar os portugueses a terem um melhor quadro de vida e a termos um País com melhores níveis de desenvolvimento», este militante está pronto e disponível para participar e colaborar activamente na campanha do PS para as legislativas de 17 de Março.

Aos 34 anos, Eduardo Quinta Nova dá apoio jurídico na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Saúde da Assembleia da República, é adido nas áreas de actuação da toxicopendência e dos negócios estrangeiros, prestando ainda colaboração directa à direcção do GP/PS. A ligação deste jovem quadro ao PS começa com o despertar da sua consciência política, «ainda antes de entrar na faculdade». A filiação no partido dar-se-ia mais tarde, aos 22 anos, quando entendeu que poderia colaborar e apoiar efectivamente o partido.

De entre as razões que aponta para a inscrição no PS destaca a identificação com os princípios e valores socialistas, assim como com tudo o que o partido defendera antes e depois do 25 de Abril. O momento-chave da integração na grande família socialista aconteceu durante o segundo ano da faculdade, altura em que entra como funcionário da UGT (gabinete jurídico), onde teve contacto próximo com alguns dirigentes sindicais, que também eram dirigentes do PS, nomeadamente a deputada Elisa Damião, com quem trabalhou durante vários anos e que lhe assinou a ficha de inscrição no PS.

A noção de militante e de militância mantém-na intocada na sua essência. «O militante tem direitos e obrigações num partido», afirma Eduardo Quinta Nova,

que prefere focar a perspectiva das obrigações.

«Um militante deve estar disponível para participar quer nas tarefas mais simples quer nas tarefas partidárias mais complexas», observa, reconhecendo, porém, que os próprios partidos sofreram evoluções ao longo dos tempos.

Referindo-se aos partidos «de eleitores» – que definiu como tendo uma menor carga ideológica –, Eduardo Quinta Nova realçou a sua proliferação, quer no panorama nacional quer internacional, contribuindo de algum modo para a alteração do perfil do militante moderno.

Mãos à obra

Na vida partidária, Eduardo Quinta Nova começou a colaborar nas iniciativas partidárias nas secções das suas diversas residências.

Mais recentemente, foi o candidato socialista à presidência da freguesia de São Marcos, uma das novas freguesias do concelho de Sintra.

Apesar de ter perdido a contenda eleitoral, o jurista não desarma e qualifica como enriquecedora a vivência.

Confrontado com a conjuntura partidária dos socialistas, este militante jovem assume não conhecer em particular Paulo Penedos, nem tão-pouco as ideias por ele defendidas ou os projectos esboçados



enquanto candidato à liderança do PS. Quinta Nova considera saudável a existência de vários candidatos à liderança do partido, mas não hesita em manifestar total apoio à candidatura de Eduardo Ferro Rodrigues, cuja acção governativa nas áreas do trabalho e da solidariedade acompanhou de perto. Descrevendo Ferro Rodrigues como «um homem extremamente qualificado, competente e sério», Quinta Nova não tem dúvidas de que o antigo ministro do Trabalho e da Solidariedade «reúne os requisitos e as características para ser um bom líder do PS e para ser um bom primeiro-ministro de todos os portugueses».

A acção governativa de António Guterres mereceu uma avaliação «muito positiva» por parte deste militante, uma vez que, na sua opinião, o secretário-geral cessante colocou em prática os valores e ideias do Partido, «nomeadamente os princípios da solidariedade, da fraternidade e sobretudo lançou as bases para um verdadeiro diálogo de concertação social que não existia no País».

Recusando-se a estabelecer comparações entre Ferro Rodrigues e António Guterres, Quinta Nova chama a atenção, porém, para a conjuntura difícil que ambos enfrentam a nível internacional e que se reflectiu na situação interna de Portugal.

«Ferro Rodrigues está em melhores condições do que qualquer outro líder de qualquer outro partido da oposição para enfrentar os desafios que se perfilam dentro e fora das fronteiras do País», afirma.

Nas próximas eleições legislativas, Eduardo Quinta Nova espera um PS muito activo, aberto à participação daqueles que sejam militantes ou não, mas que queiram dar o seu contributo, um PS aberto a

diálogo e capaz de fazer as grandes reformas estruturais que não foram feitas face ao quadro parlamentar de maioria relativa com que teve de governar.

Este algarvio de Monchique não questiona a vitória socialista nas próximas legislativas, não só por estar confiante na grande capacidade de liderança e de concertação de Ferro Rodrigues, mas também por considerar que o PS demonstrou, ao longo dos últimos seis anos, que é um «partido com aptidão para governar», não obstante as grandes dificuldades que se lhe apresentaram, frisando que «a grande marca que o Partido Socialista» deixa como legado da sua acção governativa é «a marca do social».

Os resultados de 16 de Dezembro não têm, para o jurista, uma leitura nacional.

Embora adverso à ideia segundo a qual o eleitorado castigou o Governo socialista, confiando as autarquias à oposição, Quinta Nova não exclui que podem ter havido situações pontuais onde a inversão da tendência de voto fosse punitiva da acção governativa do PS, mas aceita esta como «a única explicação», apontando para o cansaço do eleitorado e para a necessidade de renovação de projectos e ideias.

O acto eleitoral que se aproxima impõe, segundo o militante Eduardo Quinta Nova, a motivação dos militantes e simpatizantes do PS, no sentido de apostarem e demonstrarem as diferenças, sem esquecer os valores fundamentais do socialismo democrático, «colocando as pessoas sempre em primeiro lugar» e «apresentando um programa de governo com soluções reais para problemas concretos».

MARY RODRIGUES

E PENSAR QUE UM DIA TUDO ISTO FORAM APENAS PROMESSAS.

Estes são algumas das muitas promessas, ideias, compromissos e projectos que o Governo PS transformou em realidade nos últimos 6 anos.

Estas acções representaram uma pequena percentagem de tudo o que fizemos.

E também uma pequena percentagem de tudo o que queremos fazer pelo país nos próximos anos.

1) Desde 1995 que Portugal cresceu mais ao nível da média Europeia. 2) Integrámos o período da fenda do Euro. 3) O défice público é hoje de 2,2% contra os 4,8% de 1995. 4) A dívida pública desceu de 64% em 1995 para 50% em 2000. 5) O emprego líquido foi de 337 mil novos postos de trabalho. 6) Temos uma das mais altas taxas de emprego da Europa. 7) Fizemos a maior redução do tempo de trabalho, de 45 para 40 horas. 8) A taxa de desemprego é desde 1995 uma das mais baixas da Europa. 9) Há hoje em Portugal menos 125 mil desempregados inscritos do que em Outubro de 1995. 10) Foram criadas mais de 138 000 novas empresas. 11) Em 1995, o período médio de criação de uma nova empresa era de 4 a 6 meses. Em 2000 foi de 23 a 33 dias. 12) Asegurámos a sustentabilidade da segurança social, garantindo o seu futuro sólido para além de 2030. 13) Aumentámos as pensões de reforma. As mais baixas cresceram em termos reais 42% a 54%. Passámos de um sistema contributivo a um sistema misto e hoje os termos mais superiores em 84%. 14) Introduzimos o princípio da diferenciação, mais a quem mais precisa e mais a quem mais desfruta ao longo da vida. 15) Em 1995, beneficiaram dos equipamentos de apoio à terceira idade 94 000 idosos. Hoje são mais de 175 000. 16) Duplicou-se o apoio domiciliário a idosos. 17) Com o Rendimento Mínimo Garantido contribuímos com sucesso a pobreza e a exclusão,

permitindo uma eficaz inserção social a 130 mil portugueses. 18) Em 6 anos foram abertos ao público mais 716 km de auto-estrada, quando nos 10 anos anteriores apenas foram abertos 630 km. 19) Em seis anos foram construídos mais 515 km, estando já concessionados mais 830 km para construção. 20) Em 1995, Portugal não tinha nenhuma ligação a Espanha por auto-estrada. Hoje temos 3 ligações, estando em estudo mais duas. 21) Temos o maior Quadro Comunitário de Apoio de sempre, gerando um investimento da ordem dos 50 000 milhões de euros. Portugal é hoje o primeiro país da Europa na criação do QCA. 22) Foram abertas mais 15 mil vagas no Ensino Superior Público. 23) Foram criadas duas novas faculdades de medicina e 2 000 novas vagas para a formação de profissionais na área da saúde. 24) Em 1995, 80% dos candidatos foram excluídos do Ensino Superior Público. Em 2001, pela primeira vez, o número de vagas superou o número de candidatos. 25) Pela primeira vez, todos os alunos orientados do ensino superior público ou privado receberam bolsas de estudo. 26) Desde 1995, mais 85 mil crianças tiveram acesso ao ensino pré-escolar. 27) Combates-se com êxito o incómodo e o abandono escolar precoce. 28) Construímos mais de 500 instalações escolares. 29) Entramos em funcionamento 11 novos hospitais e 181 novos centros de saúde. 30) No Serviço Nacional de Saúde, registaram-se no ano 2000 mais 3 milhões e meio de consultas do que em 1995. 31) Passámos a tratar o toxicodependente como um doente e não como um criminoso. 32) Criámos 18 Centros de Atendimento a Toxicodependentes e estúdios onde o número de consultas mais que duplicou. 33) No ano 2000, foi batido o recorde de apreensão de drogas. 34) Agravámos as penas relativas ao tráfico e facilitámos os mecanismos de investigação criminal. 35) O número de efectivos das forças de segurança aumentou em 6 201 novos agentes. 36) Formámos 10 657 novos agentes policiais. 37) Construímos 136 novas instituições (escolas e postos) e ocupamos 243 centros. 38) Criámos 31 centros de polícia municipal, dando excepção a uma política de proximidade. 39) Hoje, 100% dos crimes urbanos têm tratamento adequado. 40) Todos os 541 locais inventariados estão hoje desactivados. 41) Com as 28 grandes intervenções do Programa Polis, desenvolvemos mais espaço aos peões, preservámos os centros históricos e criámos espaços verdes. 42) Substituímos a política de ordenamento do

território ao ambiente. 43) Aumentámos de 7% para 22% a parte do território classificado para a conservação da natureza com a aprovação da Rede Natura. 44) Beneficiámos os problemas hidrologicos com Espanha. 45) Completámos o planeamento dos rios e temos finalmente o Plano Nacional da Água. 46) A Barragem do Alqueva em construção há 40 anos. Nós construímos-la, permitindo irrigar 113 478 hectares, o que corresponde a um acréscimo de 34-4% da superfície irrigada do continente. 47) Desde 1996, foram lançadas 34 obras de aproveitamento hidroagrícola que permitem já regar mais de 14 000 hectares. 48) Planificámos o beneficiários cerca de 370 mil hectares de floresta. 49) Certificámos 100 produtos tradicionais de qualidade quando em 1995 não existia nenhum. 50) Criámos o seguro de colheitas contra as intempéries. 51) Desde 1995, mais de um milhão de portugueses compraram casa. 52) Mais de 510 mil famílias jovens beneficiaram do apoio do Estado na aquisição de habitação própria. 53) Passámos de um ritmo anual de realojamento de 600 famílias em 1995 para 7 000 famílias em 2001. 54) Criámos 6 Lojas do Cidadão. Hoje já se registaram mais de 7 milhões de atendimentos. Criámos 15 Postos de Atendimento ao Cidadão e diversos Centros de Formalidades de Empresas. 55) Instalámos uma rede informática e de videoconferência que liga todos os tribunais. 56) Contribuímos activamente em operações humanitárias e de manutenção da paz, designadamente através das nossas Forças Armadas e de Segurança, em Timor, na Bósnia e no Kosovo. 57) Contribuímos decisivamente para que os Timorenses vivam em liberdade. 58) Investigámos Portugal com o exercício da Presidência da União Europeia e deixámos uma marca para o futuro da Europa com a Declaração de Lisboa. 59) Lançámos mais 51 bibliotecas públicas por todo o país. 60) Enquadrámos-nos no reconhecimento como Património Mundial das gravuras rupestres de Vau Cha, dos centros históricos do Porto e de Guimarães, da paisagem cultural de Sintra, da floresta Laurissilva da Madeira e do Douro Vinhateiro. 61) Apoiámos mais de 200 000 famílias na compra de computadores. 62) Multiplicámos por 4 o investimento público na cultura. 63) Ligámos todas as escolas públicas do país à Internet. 64) Garantimos a organização do Euro 2004. Estamos a construir 7 novos estádios e a remodelar outros 3. 65) Duplicámos a transferência de verbas para as autarquias.



Convenção Nacional do PS - Dia 26 de Janeiro - Coliseu dos Recreios - Lisboa



FALAR É FÁCIL. FAZER É CONNOSCO.



O aprofundamento das políticas de coesão social e nacional foi uma das prioridades apontadas por Ferro Rodrigues para um futuro Governo do PS, em várias acções de divulgação das linhas gerais da sua candidatura a líder do PS, que registaram elevada afluência de militantes. Sem escamotear alguns erros cometidos ao longo destes seis anos, o putativo líder do PS aponta baterias ao «bota-abaixo» do PSD e garante que os socialistas não cederão nas convicções. Acredita que a 17 de Março os portugueses vão dar maioria absoluta ao PS.

CAMPANHA

FERRO PRECONIZA REFORÇO DA COESÃO NACIONAL

Numa reunião com militantes de Lisboa, no dia 9 à noite, que juntou mais de mil camaradas num hotel e que deixou largas centenas fora da sala onde decorreu o encontro, o candidato a secretário-geral do PS Ferro Rodrigues defendeu o fim da eleição directa do líder socialista e a limitação de mandatos nos órgãos dirigentes do partido, duas propostas que recolheram fortes aplausos da vasta plateia. No encontro, marcado pela elevada afluência de militantes, o camarada Ferro Rodrigues encontrava-se ladeado pelos dirigentes do PS António José Seguro, Paulo Pedrosa, António Costa e Edite Estrela. Na parte da sua intervenção centrada na vida interna do partido, Ferro Rodrigues começou por reconhecer que o congresso do ano passado no pavilhão Atlântico foi «uma oportunidade perdida». «Mais valia não termos tido medo de discutir propostas, mais valia termos confrontado os militantes com a imagem que o Governo tinha

de querer o poder a todo o custo (após a aprovação do Orçamento de Estado de 2001 pelo deputado independente Daniel Campelo)», disse Ferro Rodrigues.

E acrescentou, por entre uma forte salva de palmas: «Mais valia termos discutido isso tudo, em vez de estarmos naquele congresso como numa espécie de missa a bater palmas uns aos outros, ou a assobiarmos de quem discordávamos».

No congresso que se seguirá às eleições legislativas de Março, Ferro assegurou que «estará tudo em causa, todos os órgãos do partido» e incluindo a sua liderança.

Como ideias para mudar no interior do PS, o ainda ministro do Equipamento Social disse querer acabar com a eleição directa do secretário-geral do partido, regressando ao modelo anterior em que o líder é eleito em congresso pelos delegados.

Ferro Rodrigues voltou a ser ovacionado pelos militantes socialistas quando estendeu a sua

ideia de limitar os mandatos dos cargos políticos executivos existentes no país aos lugares de âmbito partidário.

Secções que só funcionam para congressos

«Os cargos partidários não são para uma pessoa lá entrar e, depois, tudo fazer para que nunca mais de lá possa sair», comentou, antes de voltar a ser ovacionado pelos socialistas quando criticou as secções do PS «que apenas funcionam para congressos».

«Também não podemos aceitar que haja pessoas que querem entrar no PS e não podem, só porque algumas secções do partido não querem que eles entrem», protestou ainda o candidato à sucessão de António Guterres na liderança dos socialistas.

Durante a fase de debate com os militantes socialistas, houve sempre uma nota comum em todas as intervenções: um claro e inequívoco

agradecimento por Ferro Rodrigues ter aceite candidatar-se à liderança do PS num momento difícil, após a derrota nas eleições autárquicas. Noutro registo, Ferro Rodrigues lançou uma série de acusações ao «bota-abaixismo» do PSD e garantiu que os socialistas não cederão às suas convicções face a interesses corporativos. Perante mais de mil militantes socialistas, o candidato a líder do PS levantou a plateia na parte final do seu discurso, quando assegurou às bases do seu partido que «não podemos ceder mais nas nossas convicções, sejam quais forem os interesses que tenhamos de enfrentar».

Na sua intervenção, Ferro Rodrigues lamentou alguns avanços e recuos e erros cometidos pelo Governo ao longo dos últimos seis anos, sublinhando, no entanto, que «muito se avançou no País» com os executivos chefiados por António Guterres.

«É preciso acabar com o «bota-abaixismo» do PSD. Reconhecemos erros e insuficiências, mas

os nossos adversários têm de reconhecer o muito que se fez», disse, lembrando, a propósito, os sucessos de Guterres no III Quadro Comunitário de Apoio, ao nível da política externa e «nas conquistas de ordem social». «Temos de reconhecer as nossas hesitações, mas os nossos adversários também têm de reconhecer os progressos no pré-escolar e o aumento do número de jovens no Ensino Superior», acrescentou, antes de sustentar que os governos do PS também foram superiores aos de Cavaco Silva em áreas como as obras públicas, designadamente ao nível da construção de auto-estradas.

Bota-abaxismo do PSD

«Estamos fartos do bota-abaxo do PSD. Não queremos baixa política, o insulto gratuito e a politiquice», afirmou, contrapondo objectivos nacionais, como a coesão social, a convergência real de Portugal face aos seus parceiros europeus e o «reestabelecimento da relação de confiança entre eleitos e eleitores».

Ferro Rodrigues acusou o PSD de poucas ou nenhuma propostas para o país ter até agora formulado.

«Durão Barroso falou em privatizar a Caixa Geral de Depósitos, mas logo a seguir foi emendado por Cavaco Silva. Em matéria de ziguezagues, na realidade, há quem tenha telhados de vidro», comentou o candidato a líder do PS.

Ferro Rodrigues, na sua intervenção, não poupou críticas à postura das forças de direita em matéria de protecção social.

«Portugal é um país de trabalho. Não é um país em que uns trabalham e outros vivem do rendimento mínimo garantido, como a direita diz», disse Ferro, antes de questionar o líder do PSD sobre os motivos que o levam a querer acabar com a Lei de Bases da Segurança Social. «Já estou como o Jardim, do Sporting: por que será», perguntou, depois de referir que, antes de os socialistas chegarem ao poder, «os governos do PSD usavam o sistema de Segurança Social para financiar a sua política orçamental, deixando o sistema quase entrar em colapso».

Encontro com independentes

No âmbito da sua campanha, Ferro Rodrigues reuniu-se no dia 12 com cerca de 100 personalidades independentes, a maior parte das quais tiveram papel de relevo nos Estados Gerais.

Na reunião, na qual o candidato reconheceu que nos últimos anos «o PS se fechou demasiado sobre si próprio», Ferro Rodrigues debateu, sobretudo, três questões: como aumentar o crescimento português de modo a haver uma maior aproximação da média da União Europeia, como conseguir maior coesão nacional e como recuperar a confiança dos portugueses.

No dia 12, num encontro com cerca de 250 militantes de Aveiro, Ferro Rodrigues refutou em absoluto as teses catastrofistas do PSD. «Dizem que o País está à beira do abismo e não é essa a realidade», afirmou o candidato, acusando o PSD de estar a utilizar a «política de terra queimada».

Numa intervenção em que enumerou diversos «bons exemplos» da actuação do Governo em



diversas áreas, considerou que para o futuro «é necessário ir mais longe e com maior exigência».

Depois de Aveiro, Ferro Rodrigues esteve no dia 13 no Minho, onde mais uma vez recebeu calorosos apoios na sua corrida para o Rato e depois para São Bento.

Em Paredes de Coura, Viana do Castelo, o candidato a líder do PS acusou o PSD de ter uma política ziguezagueante, e deu como exemplo o caso da falada privatização da Caixa Geral de Depósitos.

«Propuseram a privatização da Caixa Geral de Depósitos, mas rapidamente tiveram que voltar para trás, mostrando que os ziguezagues, com eles, já começavam ainda na oposição, o que seria se estivessem no Governo», frisou.

Ferro Rodrigues acusou a oposição de pautar a sua actuação apenas pela «lógica do bota-abaxo, nada propondo de novo e tentando apenas atacar e denegrir» aqueles que governaram Portugal nos últimos anos, não se inibindo para isso de «falsear a imagem do País».

«Até agora, os nossos adversários nada disseram de diferente e de alternativo, limitando-se apenas a fazer aquilo que vão acabar, como o Rendimento Mínimo Garantido ou a Lei de Bases da Segurança Social», criticou Ferro Rodrigues.

«É extraordinário que, ao mesmo tempo que dizem que querem revogar a Lei de Bases da Segurança Social, para que haja a possibilidade de descontar menos para o sistema público e mais para os sistema privados, dizem também que querem aumentar as pensões. Mas como é que isso

seria possível?», questionou.

«A mudança da lei teria custos graves tanto para os pensionistas de hoje como para os de amanhã», acrescentou.

Ferro Rodrigues voltou a pedir uma maioria absoluta para o PS nas legislativas de Março, por considerar que só assim será possível governar o País «sem estar à mercê de ataques concertados da oposição, assentes, apenas e só, numa política do bota-abaxo».

«Não queremos para o futuro de Portugal os que foram derrotados em 1995, os que não fizeram nenhuma das chamadas reformas de fundo quando tiveram maioria absoluta», disse ainda Ferro Rodrigues, acrescentando que «o futuro não se constrói com ideias do passado».

Depois de Paredes de Coura, rumou até Braga, onde numa reunião no Parque de Exposições, promovida pela Federação Distrital do PS com a presença de mil militantes, pediu uma maioria absoluta e prometeu governar com firmeza e determinação.

Ferro Rodrigues voltou a criticar as propostas absurdas de Durão Barroso de apenas saber dizer mal do PS e de fazer propostas absurdas como a da privatização da Caixa Geral de Depósitos, que «teve que meter ao bolso depois de Cavaco Silva ter dito que não era bem assim».

O candidato à sucessão de António Guterres na liderança do PS considerou que o PSD quer extinguir o Rendimento Mínimo Garantido e a Lei de Bases de Segurança Social, que, segundo ele, foi concebida de modo a garantir a sustentabilidade financeira do sistema.

«O PSD diz coisas graves e falsas que são lidas no estrangeiro e que podem ter uma influência

negativa na economia portuguesa», afirmou, negando que exista uma crise grave nas finanças públicas portuguesas.

Ferro Rodrigues elogiou depois a acção de António Guterres, lembrando a sua boa prestação na presidência portuguesa da União Europeia, os milhares de quilómetros de auto-estrada construídos em seis anos, o aumento das verbas para as autarquias e a luta contra a toxicod dependência.

O candidato prometeu bater-se por uma gestão financeira de rigor, por um sistema de justiça moderno e eficaz, pela modernização da administração pública, pelo equilíbrio territorial entre o litoral e o interior e pela descentralização administrativa.

Garantiu que, se for eleito primeiro-ministro, vai enfrentar os problemas da saúde e introduzir os medicamentos genéricos mesmo que seja necessário afrontar os «lobbies» do sector e continuar uma política de coesão social.

Quanto à fiscalidade, Ferro Rodrigues defendeu que o sistema tem de ser justo, de modo a que todos paguem os seus impostos. Em termos de organização interna, o candidato ao cargo de secretário-geral do PS garantiu que, aconteça o que acontecer nas eleições legislativas, o partido fará um grande debate político num Congresso a convocar oportunamente.

No final da intervenção, Ferro Rodrigues foi elogiado por um grande número de intervenientes, que lhe colocaram diversas questões sobre a governação socialista.



Paulo Penedos está no terreno a fazer a sua campanha para secretário-geral do PS. Perante reduzidas plateias, o autarca de Vila Nova de Poiares tem disparado em todas as direcções. Críticas à estratégia do Governo, ao aparelho do partido, a Guterres e a Ferro Rodrigues, a vários membros do Governo, aos Estados-Gerais e à co-incineração marcaram as suas intervenções.

Em Braga, na sede da Federação, no dia 12, perante uma assembleia de oito militantes, Paulo Penedos criticou a reunião de Ferro Rodrigues com personalidades independentes, referindo que esta iniciativa não contribuiu para restituir a confiança aos militantes do PS. «Os militantes precisam que lhes seja devolvido o orgulho, pelo que a prioridade deveria ser a de os ouvir», afirmou, considerando que a tentativa de reedição dos Estados Gerais não é suficiente para renovar o partido.

Penedos defendeu a necessidade urgente de renovação, através de quadros jovens e de debate interno, alertando que «se isso não acontecer agora, poderemos ter que fazer uma nova travessia do deserto». Disse que se candidata porque é necessário que os socialistas não se limitem a votar em Ferro Rodrigues, sem que nada do que se passou tenha sido alterado, e classificou as suas propostas como sendo de «descarga de consciências» ou como uma «pedrada no charco».

Depois de passar em revista algumas das questões que afectaram a imagem do Governo socialista, como a da reforma fiscal, da lei da alcoolemia e dos comissários regionais, concluiu que «os sucessivos avanços e recuos de Guterres foram fatais».

Sustentou que os acordos feitos com o autarca de Ponte de Lima, Daniel Campelo, contribuíram para desacreditar a ideia de círculos uninominais, já que o eleitorado, a exemplo do que sucedeu no referendo sobre a regionalização, teme agora que, com os círculos, seja necessário fazer orçamentos à medida de três ou quatro deputados.

Voltou a defender a reforma do parlamento e a criação de uma segunda Câmara, um Senado, que poderia agregar personalidades da vida política nacional, e que serviria para debater as prioridades nacionais de médio e longo prazo.

No plano interno, considerou fundamental que se realizem eleições internas para as secções concelhias e para as federações, de modo a que o próximo Congresso não



CAMPANHA

PENEDOS DISPARA EM TODAS AS DIRECÇÕES

tenha os protagonistas actuais, que são os responsáveis pela crise no PS.

Co-incineração

Já em Coimbra, no dia 13, Paulo Penedos apelou ao seu camarada Ferro Rodrigues para rever a sua posição em relação à co-incineração de resíduos industriais, que classificou como um «erro político grave».

«Ferro Rodrigues prejudicou, de forma insuportável, a maneira como os nossos candidatos nos círculos eleitorais de Coimbra e de Setúbal se vão apresentar aos eleitores», afirmou.

«A lesão que a co-incineração provocou na auto-estima de Coimbra é muito grande. Foi a gota que fez transbordar o copo em relação a Manuel Machado», sustentou o jovem advogado, natural desta cidade.

Para o candidato à liderança do PS, a decisão governamental de co-incinerar os resíduos nas cimenteiras de Souselas (Coimbra) e do Outão (Setúbal) «concorreu em muito para os maus

resultados» dos socialistas nos dois municípios.

«O PS devia rever a sua política de ambiente em vez de persistir na atitude autista de optar pela co-incineração», defendeu ainda Paulo Penedos, observando que este processo de tratamento dos resíduos «não é uma verdade científica absoluta».

Tratamento de choque

Em Lisboa, dia 14 à noite, em mais uma sessão de esclarecimento, Penedos defendeu que o partido está a «precisar de um tratamento de choque» nas suas estruturas e criticou o aparelho socialista por não ter convocado um congresso nacional pré-legislativos.

Na sua intervenção, perante uma audiência de 20 militantes, não poupou críticas à actuação do Governo em diversas matérias, ao aparelho socialista e também ao ainda ministro do Equipamento Social. O candidato a líder do PS referiu que «é preciso devolver a dignidade aos militantes e quadros do PS» e definir

dentro dos estatutos do partido «um estatuto para os independentes», que poderão assumir a qualidade «de observadores».

Paulo Penedos criticou o aparelho socialista e a candidatura de Ferro Rodrigues por terem optado pela via da convenção, e não de um congresso nacional, para a escolha do próximo secretário-geral socialista, acusando-os de quererem fugir «ao debate político interno do partido».

Sobre as reformas necessárias ao País, o candidato voltou a bater na tecla da co-incineração, criticando a «teimosia de um membro do Governo» de querer levar em frente a co-incineração mesmo contra o interesse das populações.

Criticou também o Executivo por «não ter ido até ao fim» na reforma fiscal.

«Tínhamos que ter aguentado até ao fim. O PS não tem de temer fazer uma reforma fiscal só porque Belmiro de Azevedo diz que muda a sede da sua empresa para a Holanda», disse.

J. C. CASTELO BRANCO



A Convenção Nacional do PS, agendada para dia 26, em Lisboa, vai ter poderes para revogar a moção de estratégia de António Guterres, apesar de esta ter sido aprovada em congresso

para vigorar até 2003. A posição foi assumida pelo ex-ministro da Justiça e presidente da comissão organizadora da Convenção Nacional do PS, Vera Jardim.

CONVENÇÃO COM PODERES REVOGATÓRIOS

Embora segundo os estatutos do PS, nenhuma decisão tomada em convenção possa prevalecer em relação a medidas aprovadas em congresso - o órgão máximo do partido - a situação gerada pela demissão de António Guterres do cargo de secretário-geral terá aberto uma situação excepcional. «A moção aprovada no último congresso do PS (de António Guterres), no ano passado, será revogada, na medida em que vai haver uma nova eleição para o cargo secretário-geral do partido», sustentou Vera Jardim. «Na medida em que os militantes vão escolher um novo secretário-geral (nos dias 18 e 19 deste

mês), terá também de ser aprovada uma nova moção de estratégia», acrescentou o ex-ministro da Justiça. Segundo Vera Jardim, a moção de estratégia do novo líder do PS será o único documento que a Convenção Nacional do PS terá para aprovar. Na Convenção do PS, aberta a todos os militantes, o direito de voto será exercido pelos camaradas que exercem funções em órgãos nacionais, federativos e concelhios do partido, de deputado na Assembleia da República, de membro do Governo ou de autarquias.

BARREIRO

EMÍDIO XAVIER TOMOU POSSE

O Barreiro, um dos mais emblemáticos bastiões do PCP, caiu nas últimas autárquicas. À frente dos destinos do Barreiro está agora o socialista Emídio Xavier, que tomou posse na passada sexta-feira. Emídio Xavier, que elegeu como prioridade a recuperação da frente ribeirinha do concelho, assume a liderança da autarquia oito anos depois de ter retirado a maioria absoluta à coligação PCP/PEV. Desde 1976 que os comunistas governavam o concelho, mas sem maioria absoluta desde as autárquicas de 1993. Em Dezembro passado, o PS obteve na eleição para a Câmara

Municipal 41,27 por cento dos votos (quatro mandatos), contra 40,27 por cento da CDU (quatro mandatos) e 10,44 por cento do PSD (um mandato). Como principais objectivos do seu mandato, Xavier propõe-se avançar com obras da responsabilidade do Governo reivindicadas pelo executivo comunista, como a construção da passagem desnivela da Recosta e da estação de tratamento de esgotos do Barreiro/Moita/QUIMIPARQUE e a recuperação da frente ribeirinha.

ALGARVE

PS ACUSA PCP DE SER BENGALA DO PSD

O PS/Algarve acusou o PCP de ser «a bengala» do PSD na região, ao eleger o PSD como aliado preferencial e os socialistas como «principais adversários políticos». O PCP, definitivamente, não muda, e continua a fazer alegremente o jogo da direita. Em conferência de Imprensa realizada em Faro, o presidente da Federação do Algarve do PS, camarada José Apolinário, criticou o afastamento dos comunistas relativamente a hipotéticos entendimentos com o PS, nomeadamente nas últimas autárquicas. «Houve propostas locais de entendimento eleitoral por parte do Partido Socialista, como foi o caso de Lagos, em que o PCP declaradamente se afastou», disse. Referindo o «enfoque social» do Partido Socialista, designadamente nos casos do Rendimento Mínimo Garantido e da reforma da Segurança Social, o líder socialista algarvio considerou que «não faz sentido a ponte estabelecida entre o PCP e a direita política», que classificou de «anómala». «Na região, o PCP não pode ser a bengala do PS, porque o seu principal

aliado é o PSD», frisou, recordando o discurso de Carlos Carvalhas em Sines, segundo o qual o PCP se recusa a ser «a bengala» do PS para efeitos de formação de Governo. Na conferência de imprensa, a Federação do PS/Algarve considerou que os recentes acontecimentos da vida política portuguesa «vieram interromper um vasto programa de descentralização e desconcentração», mas manifestou-se esperançada que o processo seja retomado «pelo novo Governo socialista que sairá das eleições de 17 de Março». Nesse sentido, revelou que vai propor a Ferro Rodrigues, candidato a secretário-geral do PS, medidas descentralizadoras a tomar no caso de formar Governo. A gestão pelos serviços desconcentrados dos recursos financeiros incluídos no Orçamento regionalizado e um programa de transferência de competências a curto prazo das direcções gerais para as direcções regionais são algumas das medidas que o PS/Algarve vai propor a Ferro Rodrigues.

BENELUX

FEDERAÇÃO MANIFESTA TOTAL APOIO A FERRO

A Comissão Política da Federação do PS/Benelux manifestou o seu «total apoio» à candidatura de Ferro Rodrigues a secretário-geral do PS e a primeiro-ministro. Reunida em Roterdão, a Federação do Benelux aprovou também por unanimidade a candidatura pelo círculo da Europa do deputado Paulo Pisco às próximas eleições legislativas. Num comunicado, os socialistas do Benelux manifestaram ainda o seu reconhecimento a António Guterres pelo seu «inestimável contributo para o desenvolvimento do País para a criação de uma

nova cultura democrática na sociedade portuguesa e pelas vitórias que ao longo de 10 anos deu ao PS». Noutro plano, e em caso de vitória eleitoral, o PS/Benelux exorta o próximo primeiro-ministro a executar «sem hesitações nem ambiguidades» as reformas de que o País precisa, designadamente em áreas como a saúde, administração pública e saúde. Na área da emigração, esta estrutura socialista defende que o futuro Governo «dê mais visibilidade e operacionalidade às políticas para as comunidades».

JS CONDENA

COMPORTAMENTO INQUISITORIAL DE DIRIGENTE DA JSD

A Juventude Socialista está indignada com o comportamento intolerante e inquisitorial de um dirigente da JSD, de seu nome Santos Rosa, uma espécie de Diácono Remédios, que ultrapassou todos os limites da sua mentalidade ultramontana, ao tomar posição, através de um cartaz, sobre a orientação sexual de alguns dos seus colegas. Um lamentável acontecimento que levou a JS a condenar «com profunda indignação» o comportamento deste ex-dirigente da Associação de Estudantes do Técnico. De acordo com uma notícia do jornal «Público», João Santos Rosa, ex-dirigente da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico e actualmente, pasme-se, membro do gabinete de estudos do PSD, assumiu ter colocado um cartaz no qual acusa alguns dos seus críticos naquele estabelecimento de ensino de preferências homossexuais. Recorde-se que Santos Rosa deu a cara por algumas iniciativas mediáticas da Associação de Estudantes, nomeadamente em campanhas contra a insegurança e na publicação de um anúncio com a fotografia do primeiro-ministro, António Guterres, recordando ter sido ele também aluno daquele estabelecimento de ensino. «É um afrontamento aos mais elementares direitos, liberdades e garantias», disse Jamila Madeira, secretária-geral da JS, que desafiou Durão Barroso a renovar a confiança política em Santos Rosa «mantendo-o a preparar a política de juventude do PSD».

Programa político da JS

A líder da JS acrescentou que a sua organização continua desde Agosto a aguardar uma resposta da JSD sobre se esta organização juvenil concorda com a proposta de aumento de propinas feita pelo líder do partido, Durão Barroso. Entretanto, a JS anuncia a realização de um encontro com militantes e não militantes, a ocorrer após a eleição do secretário-geral do PS, para desta forma contribuir com propostas para a área política de juventude do programa de Governo.

A habitação é o maior dos problemas em Loures. Por isso, até 2004, Carlos Teixeira quer acabar com os bairros clandestinos e mandar abaixo as barracas. Nos próximos quatro anos a aposta vai também para a educação e para a criação de um agência de desenvolvimento local que atraia indústrias não poluentes. Para o novo presidente da Câmara de Loures, as obras de vulto que foram feitas no concelho devem-se à acção do Governo do PS e não ao trabalho dos anteriores executivos comunistas. A vantagem relativa de Loures é a proximidade com Lisboa e a grande qualidade das acessibilidades.

Fã confesso de Ferro Rodrigues, vai empenhar-se na mobilização dos socialistas do concelho na batalha das legislativas, para levar o mais que provável futuro líder do PS a primeiro-ministro.



Ainda está na fase de transição para este novo espaço ou já se instalou no gabinete de presidente da Câmara de Loures?

Depois de 22 anos de gestão de outra força partidária, não tem sido fácil entrar dentro dos meandros da organização que foi feita ao longo de todo este período de tempo. O gabinete estava completamente vazio, não havia uma pasta, não havia um manual de informações da rede de telefones interna. De qualquer maneira, eu fui informado que isto ia ser assim. Não havia sequer uma pessoa de apoio, uma única secretária da presidência, pelo menos a atender telefones, durante os primeiros dias da transição.

Como é que foi feita a passagem dos «dossiers» correntes da anterior da gestão municipal?

Fizemos uma reunião na véspera da tomada de posse. Nessa reunião com o Presidente cessante, abordamos durante cerca de uma hora os grandes temas em discussão, foi uma abordagem superficial onde tivemos oportunidade de saber grosso modo como as coisas estavam. Apenas uma abordagem, não ficou qualquer «dossier» em posse do actual presidente, que sou eu. Agora temos que chamar a nós todas essas situações em função da coisas que vão aparecendo.

Quais são os principais problemas do seu concelho?

O grande problema deste concelho são os bairros de génese ilegal. Nós temos identificados mais de 180 bairros de génese ilegal, sendo que mais de 33 por cento das famílias do concelho habitam nestes bairros. Alguns têm infra-estruturas básicas, outros não as têm. O grande problema que se põe com os bairros de génese ilegal é a impossibilidade das pessoas concluírem as suas casas, outros de recorrerem a empréstimos bancários, outros da transição da propriedade. Outra situação grave é a dos núcleos de barracas que ainda existem no concelho, designadamente na

Quinta da Vitória, no Prior Velho e em Camarate. Estas são situações que urgem resolver e dar dignidade às populações deste concelho. Estes núcleos de barracas não estão inseridos nos 33 por cento das pessoas que vivem nos bairros de génese ilegal, aos 33 por cento acresce, portanto, todo este problema. Estes são dois problemas a atacar desde já. Temos problemas de abastecimento de água a alguns destes bairros, problemas de saneamento, de falta de infra-estruturas culturais, desportivas. O concelho é muito carenciado em quase tudo. Não há um único hotel no concelho de Loures, o quinto maior concelho do país não tem uma única unidade hoteleira. O concelho está muito atrasado e foi muito esquecido por todos nestas duas últimas décadas.

Com essa discrição, também aqui se pode constatar que a excelência da gestão comunista não passava de um mito. A verificação prática é a de que não há obra?

Isso é uma verdade. Criou-se uma mística que os autarcas comunistas eram os melhores. Segundo os analistas havia algum interesse do PSD e até do PS em dizer, sabendo que os comunistas nunca entrariam na governação, de dizer o governo é para o PS e para o PSD, e as autarquias para o Partido Comunista que eles são bons nisso. E eles aproveitaram bem essa atitude dos partidos do poder e utilizaram-na muito bem. Regra geral, a maior parte dos municípios geridos pelo PCP entraram apenas na fase de publicitar uma ou outra obra que ia sendo feita. No caso de Loures, as obras feitas

nos últimos anos foram realizadas pelo poder central. E tiram sempre proveito dessas obras. Nomeadamente as redes viárias, o tribunal, e algumas obras de carisma como a biblioteca José Saramago teve uma participação da Câmara. Mas, as grandes obras foram sempre comparticipadas. Reconheço que nos primeiros anos, na década de oitenta se fizeram algumas escolas, centros de dias, parques infantis, isto foi nos primeiros seis sete anos, a partir daí entram por outra vertente e apenas se fazia a divulgação e a obra não aparecia. Não sabemos inclusivamente onde foi gasto esse dinheiro, sabemos que temos uma máquina muito pesada, muita gente a trabalhar, estamos a tentar gerir melhor os recursos que temos, pô-los nos locais mais apropriados. Fazemos ainda muitas obras por administração directa e há uma improdutividade muito grande e temos que começar a arranjar métodos para que a produtividade seja maior porque uma obra feita pela Câmara fica cinco vezes mais cara do que feita no exterior.

Há colegas seus autarcas recém-eleitos que disseram publicamente que iriam auditar as contas dos respectivos municípios. É também o seu caso aqui em Loures?

Sim. Mas sobre essa matéria não gostaria, por agora, de fazer quaisquer declarações. A minha maneira de estar na política é discreta, falo menos e trabalho mais. As atitudes que formos tomando serão nos órgãos próprios, e naturalmente que iremos tomar as nossas medidas para nos salvaguardarmos no futuro.

NOVO PRESIDENTE DA CÂMARA DE LOURES

FÃ DE FERRO

Depois dos problemas, quais as soluções que tem para Loures, quais os projectos para o mandato?

A nossa primeira e grande aposta são os bairros de génese ilegal. E a sua resolução, do nosso ponto de vista, passa pela alteração do Plano Director Municipal. Será mesmo a primeira medida. O PDM está em revisão até 2004 e, portanto, iremos ter em atenção esta problemática. Outra das soluções para acelerar a resolução deste problema é a criação de um pelouro específico na dependência do Presidente da Câmara, subtraindo-o estas atribuições à jurisdição do departamento de administração urbanística. Vai ser criado um novo pelouro que irá acompanhar todo o processo das áreas urbanas de génese ilegal e, até 2004, prevemos ter resolvido o problema das barracas. No meu programa eleitoral pus até 2005, tentei desta forma provocar as outras candidaturas e, nomeadamente, o poder instituído, mas ninguém comentou isso. Porque nós sabemos que o programa PER está atrasado em Loures vamos tentar recuperar esse atraso, num pelouro que foi nos últimos oito anos gerido pelo PSD e que não funcionou tão bem quanto devia ter funcionado. Está em vias de resolução um grande problema que é a Quinta do Mocho por via do grande empenho da secretária de Estado da Habitação, Dra. Leonor Coutinho que fez um trabalho excelente, sem o qual não teríamos esta questão tão adiantada na sua resolução. Atacar em todas as frentes o problema da habitação é o nosso maior empenho. Outra prioridade é a área da educação. As

escolas do concelho estão bastante degradadas. Neste concelho de 18 freguesias e bastante jovem, isto apesar dos jovens estarem a procurar concelhos vizinhos para morarem porque em Loures não se consegue construir uma casa. Tem havido uma grande sangria para os concelhos limítrofes, nomeadamente para Mafra, Vila Franca, para Odivelas, porque em Loures praticamente não se constrói. De qualquer maneira a área dos ensinos pré-escolar e do básico serão objecto de uma grande aposta, construindo mais escolas, criando refeitórios, de acordo aliás, com que está previsto na lei.

Na vertente cultural tivemos o encerramento da Amascultura para o qual prevemos novas dinâmicas. A Câmara será apenas o veículo das iniciativas que aí forem surgindo. Iremos também dar mais ênfase à ocupação do espaço da biblioteca José Saramago, e pretendemos, por outro lado associar a cultura ao turismo e ao lazer. Pretendemos criar um conjunto de infraestruturas desportivas, piscinas, para que os jovens não tenham de ir para clubes de Lisboa.

No âmbito da actividade económica estamos a pensar criar uma agência de desenvolvimento local que atraia para o nosso concelho agentes económicos empreendedores, novas tecnologias, pólos tecnológicos de desenvolvimento, vamos chamar e incentivar a vinda de empresários e promover a instalação de empresas ligadas a indústrias não poluentes. Nós somos um concelho muito grande, extremamente bem localizado, com as melhores acessibilidades que não devem servir só para as pessoas passarem, mas estamos muito carenciados ao nível do desenvolvimento económico.

Qual a importância política que atribui à conquista da Câmara de Loures?

Foi uma vitória muito importante para o Partido Socialista. Hoje Loures é a maior Câmara socialista do País. Sei a responsabilidade que tenho porque sou um homem responsável por natureza. Tenho inculcido esse espírito nos nossos camaradas de Loures. Sei das responsabilidades que nos cabem na dignificação do nome do nosso partido onde hoje temos uma importância acrescida.

Quando é que nasceu para a política?

Quando foi o 25 de Abril tinha 17 anos e morava ao pé do Jardim Zoológico em Benfica. Nessa época, eu e um grupo de amigos fomos assistir às sessões de esclarecimento de todos os partidos políticos. Nós éramos um grupo de seis, e quem foi fazer a sessão do PS ao salão das furnas era um jovem chamado António Guterres. Eu, à data, achei que ele era um indivíduo que falava muito bem, que era excelente, e eu fui o único que fiquei simpaticamente do PS, os outros cinco colegas ficaram todos no PPD. Militante do Partido Socialista tornei-me enquanto funcionário aqui da Câmara, eu trabalhava no gabinete de estudos e projectos, e observando a maioria absoluta da CDU aqui no concelho em 1986, entendi que devia defender os trabalhadores socialistas que eram um pouco marginalizados. Em 1989 fui para a Assembleia Municipal, em 93 o António Costa convidou-me a fazer parte da equipa dele para a vereação e fui vereador durante quatro anos. O PS tinha três vereadores na altura, elegemos quatro e eu era o quarto. Entretanto o Dr. Menezes Rodrigues entendeu que eu não devia fazer parte da equipa e fiquei de fora. Depois convidaram-me para ser candidato à Junta de



Freguesia de Loures, eu candidatei-me, ganhei, e fui Presidente durante quatro anos.

E como é que foi a sua indicação como candidato do PS à Câmara de Loures?

Havia três listas para a Comissão Política, uma delas liderada pelo Pedro Farmhouse que no seu programa eleitoral e de candidatura à Comissão Política me indicava como candidato à Câmara, no caso dele ser eleito presidente desse órgão, como veio a acontecer. Nós ganhámos e de acordo com os nossos estatutos, o meu nome foi submetido à apreciação da Comissão Política, e através de voto secreto, como sempre, o meu nome foi votado por unanimidade. Julgo que foi a primeira vez que um candidato a Loures foi votado por unanimidade, apesar de uma oposição interna que houve.

Para si, o que é a política e o que o motiva na política?

A política, para mim, é o poder servir, é o poder fazer qualquer coisa. Nós temos que saber utilizar o poder que temos, e poder que temos é servir, é ter a consciência daquilo que as pessoas precisam. Eu acho que devo um pouco da minha vitória a esta sensibilidade que tenho e à experiência que tenho em lidar com pessoas, e conseguir interpretar os seus anseios. É também preciso saber estar com os jovens, com os mais idosos, com as bases do partido, e eu acho que tenho sabido estar permanentemente com as pessoas. E sinto-me bem a falar com as pessoas. Enquanto alguns não gostam de ser figuras públicas, eu não me importo de ser figura pública, quando posso atender, quando posso dar um sorriso, uma palavra de esperança, um abraço ou um aperto de mão. Nós, os políticos, temos de estar próximos das pessoas. O grande problema é quando os eleitos se afastam dos eleitores, dos cidadãos, e eu, pelo contrário, tento cultivar uma relação de grande proximidade.

É abordado na rua pelos seus munícipes?

Frequentemente, principalmente aqui na

freguesia de Loures onde sou muito conhecido. Depois das eleições, a grande maioria me cumprimentava na rua. E eu também me sentia feliz porque era o reconhecimento de que há a intimidade que é preciso ter entre o presidente e o cidadão. Um presidente de câmara tem de saber estar com o cidadão, tem que saber que também é um cidadão. Eu gosto dessa proximidade com as pessoas.

Nessas abordagens quais são as situações com que mais frequentemente é confrontado?

Muitos dizem «é pá, cuidado, está tudo minado», e transmitem-me sobretudo as preocupações que eles próprios têm com a gestão de 22 anos de um partido à frente de Loures. Outros dão-me conselhos, e eu vou ouvindo todos, e é sempre bom saber que as pessoas estão preocupadas, que gostam de mim e que quando dizem isto é para me ajudar.

Esses conselhos dos cidadãos ajudaram-no, de alguma forma, na arrumação que fez do seu executivo camarário?

Eu tenho muita experiência. Como disse ao princípio, eu próprio trabalhei na Câmara, conheço mais ou menos o funcionamento das estruturas municipais. Não vim para aqui a zero, estou de algum modo ligado à organização do município e não é com grande dificuldade que entrei nisto. Muitos dos chefes de departamento hoje foram meus colegas há 20 anos atrás, conheço-lhes o feitio, a maneira de ser, e não tenho tido grandes dificuldades. E há técnicos muito competentes na câmara que me ajudam. Relativamente à organização do executivo, convidei as duas forças políticas que perderam e elegeram vereadores, a participarem na gestão municipal. Penso que se as pessoas têm ideias, projectos, devem participar na gestão. Nós elegemos cinco vereadores, o PC elegeu quatro e o PSD dois. A CDU disponibilizou-se, desde logo, para colaborar na gestão, o PSD disse que não queria, que iria ser oposição.

Nós, maioria no executivo, fizemos um acordo de gestão com a CDU, e já começamos a trabalhar. Hoje (segunda-feira, 14 de Janeiro) fizemos a nossa primeira reunião de Câmara que funcionou bem e a CDU está a mostrar-se colaborante.

Estamos nas vésperas da eleição do novo secretário-geral do Partido Socialista, e tudo indica que Ferro Rodrigues será o novo líder do partido. Revê-se na moção «Renovar a Maioria»?

Eu sou fã de Ferro Rodrigues. Conforme gostava do António Guterres, apesar de nunca ter tido nenhuma acção dentro da estrutura partidária, de apoio formal, de ir às reuniões, de estar nos Estados Gerais, nunca tive essa atitude porque me centralizei aqui mais por Loures, Ferro Rodrigues para mim é uma referência. Farei tudo e estou a mobilizar os socialistas de Loures para que Ferro Rodrigues seja o próximo primeiro-ministro.

Tenho muita fé e muita confiança que isso vai acontecer. Se ele acreditar também que é capaz e todos os socialistas acreditarem que somos capazes, nós vamos ganhar e ter a maioria absoluta. Estou muito convicto disso, até porque o Ferro Rodrigues tem uma coisa importante, não é arrogante, é um homem de trabalho e discreto. Nós socialistas temos de saber transmitir esta mensagem de que ele é uma referência. Em Loures estamos todos com ele, e vamos mobilizar-nos para passar a mensagem de que Ferro Rodrigues tem condições para ser um excelente primeiro-ministro, e que é superior ao Durão Barroso, sem qualquer comparação.

Para além da política, quais são os seus outros interesses?

Quando era jovem e andava na escola pratiquei imenso desporto. Desde a classe especial de ginástica acrobática, passando pelo remo, o hipismo, o voleibol, o futebol federado, o andebol federado, mas hoje limito-me a acompanhar os meus filhos que também fazem desporto. E também leio alguma coisa, quando tenho tempo.

Agora passou a ter menos tempo para a família. Como é que a família encara estas suas novas funções?

Quando tomei a opção da candidatura falei com a minha família e tanto a minha mulher como os meus filhos foram perfeitamente solidários com a minha atitude. São compreensivos e sempre que podem participam. A minha filha tem 18 anos, foi eleita para a Assembleia de Freguesia de Loures e é a autarca mais jovem do concelho de Loures. Há, portanto, uma envolvimento da família em tudo isto. Eles sabem as dificuldades que eu tenho, sabem porque é que eu estou nisto. Deixei a empresa onde trabalhava onde poderia ter algum sucesso, para me dedicar à vida pública. Porque nós temos de ter pessoas com a dupla experiência do sector privado e do sector público.

Três razões para vir viver para Loures?

Primeiro é um concelho socialista, querendo com isso significar que é certamente um concelho de futuro. Segundo, Loures está muito próximo de tudo, faz fronteira com Lisboa e terá a curto prazo as infra-estruturas que tornarão o concelho ainda mais agradável, para além das belezas naturais da zona norte do concelho. Terceiro, porque as acessibilidades são de grande qualidade e todos aqueles que desejarem instalar-se aqui terão um presidente para os receber e ajudar.



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

MEDIAÇÃO PORTUGUESA PARA ECONOMIA CENTRO-AFRICANA



Portugal perfila-se como «interlocutor» nas relações económicas na África Central, face às perspectivas de exploração de petróleo em alguns países do Golfo da Guiné. O anúncio foi feito, no dia 12, em São Tomé, pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Amado.

No final de uma «visita relâmpago» à Guiné Equatorial, o governante português disse que a «exploração de petróleo naquele país «condiciona as opções políticas que se fazem, também do ponto de vista dos interesses dos investidores privados nesta região africana», da qual São Tomé e Príncipe faz parte.

Após ter defendido que a Guiné Equatorial poderá ser a curto prazo uma «potência» na exploração de petróleo, Luís Amado garantiu que Portugal tem capacidade de gestão e administração para cooperar nesta área através do seu tecido empresarial, visando o desenvolvimento da economia desta região

do Golfo da Guiné, podendo ser «um interlocutor muito importante» no plano económico e noutras domínios das actividades.

«A experiência portuguesa de cooperação para o desenvolvimento fortalecerá o peso da região e de cada país que a integra», defendeu o governante, que lembrou a intenção de Portugal materializar os programas de cooperação bilateral com a Guiné Equatorial à luz de um acordo geral assinado há três anos entre os dois Estados.

Luís Amado não afastou a hipótese de uma eventual disputa com o «mundo anglo saxónico e francofonos» face ao interesse que se desenvolve na área petrolífera, tanto na Guiné Equatorial como em São Tomé e Príncipe.

Amado defendeu que o objectivo fundamental de Portugal visa o desenvolvimento de uma «densa malha de relações políticas que permita criar as bases para a inter-relação entre a região do Golfo da Guiné e a União Europeia».

Por outro lado, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação português defende a entrada da Guiné Equatorial no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como forma «de ganhar o acesso no espaço da União Europeia, através de Portugal, à América Latina via Brasil, ao espaço dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) através dos países membros, bem como à Ásia por intermédio do observador Timor-Leste.

«A posição da Guiné Equatorial neste movimento de adesão à lusofonia é extremamente inteligente e corresponde a uma afirmação diplomática muito consistente que o país vem afirmando nos últimos anos», adiantou o secretário de Estado, que deixou segunda-feira a capital são-tomense ao cabo de uma visita de oito dias ao arquipélago.

Luís Amado considerou ainda que a eventual entrada no espaço da CPLP permitirá à Guiné Equatorial, que tem o Castelhano como língua oficial, se diferenciar e afirmar com uma identidade própria para o futuro criando uma relação pessoal controlada pela vontade política própria e não pela pressão de outros grupos.

SAÚDE

NOVA FORMA DE GESTÃO HOSPITALAR

Uma nova forma de designação dos órgãos de direcção técnica dos estabelecimentos hospitalares e dos Centros de Saúde, alterando a composição dos conselhos técnicos dos hospitais e flexibilizando a contratação de bens e serviços pelos hospitais foi estabelecida, no dia 10, em reunião de Conselho de Ministros.

A designação dos membros dos conselhos de administração é feita actualmente por nomeação para o director e administrador-delegado e por eleição entre os seus pares para o director clínico e o enfermeiro director.

Esta dupla lógica de designação tende a criar em muitos estabelecimentos conflitos de legitimidade e de interesse, com directas consequências sobre a qualidade do desempenho gestor.

Os membros nomeados respondem directamente perante quem os nomeia, em última análise o Governo, a quem cabe a definição do interesse público na gestão dos assuntos da Saúde.

Os membros eleitos, embora possam e devam assumir o interesse público, são sempre mais ou menos vulneráveis aos interesses directos ou indirectos de quem os elege, interesses não poucas vezes contraditórios com o interesse público.

Devido a esta hibridez de composição gestonária, o órgão de gestão, sendo colegial, tende a decidir pelo menor denominador comum, ou seja, pelo máximo consenso possível. Daqui resulta que só excepcionalmente se promovam esforços de reforma interna ou de racionalização da gestão que impliquem atingir interesses instalados,

directamente representados no conselho.

Também na reunião da passada quinta-feira, os ministros deram luz verde ao regime especial de realização de despesas para o Programa Humanização, Atendimento e Acesso no Serviço Nacional de Saúde.

Este programa, criado por resolução do Conselho de Ministros, é um programa de duração limitada e tem como objectivos contribuir para a maior humanização dos cuidados prestados aos cidadãos pelos serviços públicos de saúde e promover o relançamento da qualidade de atendimento no SNS.

Trata-se de um programa pluridisciplinar em que se integram intervenções tão diversas quanto a alteração de procedimentos, a aquisição de mobiliários e equipamentos e mesmo a realização de empreitadas de

obras públicas.

O carácter transitório do programa e a celeridade que se pretende imprimir às múltiplas e urgentes intervenções a realizar aconselha a adopção, com carácter temporário, de um regime especial de realização da despesa pública, que permita combinar isenção e rigor com celeridade e pragmatismo.

O Governo estabeleceu ainda um regime excepcional de equiparações ao estágio da carreira de técnicos superiores de saúde.

Neste sentido insere-se num conjunto de medidas que visam, fundamentalmente, dotar os serviços e estabelecimentos de saúde de profissionais devidamente habilitados e necessários para a satisfação de necessidades prementes, com vista ao seu melhor funcionamento.



A adopção de planos de gestão da aquisição, uso e actualização de programas de computador terá de generalizar-se a todos os níveis da Administração Pública. Reunido na passada quinta-feira, dia 10, o Governo aprovou um conjunto de diplomas fundamentais para a sociedade de informação.

TECNOLOGIA

O ESTADO NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO



Entre os documentos apreciados está uma resolução que determina a modernização tecnológica do Estado, estabelecendo medidas que visam assegurar uma adequada selecção de programas de computador, quer entre os disponíveis no mercado dos produtos sujeitos a licença de uso, quer em regime de uso gratuito ou condicionado, bem como por recurso a sistemas abertos de *software*; a melhor relação custo/benefício dos programas a utilizar; e a modalidade apropriada de aquisição ou obtenção dos programas, incentivando-se a compra de grupo, as licenças sujeitas a regime mais favorável e a utilização de programas mediante doação. Também a devida actualização dos programas e a incorporação atempada de correcções que melhorem a sua funcionalidade e limitem vulnerabilidades; o recurso, quando apropriado, a modalidades de aprovisionamento electrónico; a garantia da integridade dos dados informatizados e das aplicações informáticas e a garantia da sua protecção, designadamente contra vírus informáticos; e a prevenção e a correcção da utilização e reprodução ilícita de programas de computador na Administração Pública estiveram na mira da decisão governamental. O Governo considera, pois, que o exemplo do Estado é, neste campo, determinante. Recorde-se que o sector público é um dos principais utilizadores de *software*, cabendo-

lhe a responsabilidade de, com a uma actuação conforme à lei, afirmar, muito claramente, a inadmissibilidade da utilização ilegal de programas de computador. Trata-se, pois, de proteger as empresas de *software* nos seus direitos, o Estado no volume de impostos arrecadados, o emprego, na medida em que limita a oferta de postos de trabalho. Por outras palavras, pretende-se responder decisivamente a uma prática seriamente lesiva da economia. O diploma aprovado em Conselho de Ministros inclui também uma norma que determina que os organismos acima referidos actuem no sentido de prosseguir o objectivo de utilização de sistemas abertos de *software* pela Administração Pública inscrito no plano de acção «eEurope 2002». Os núcleos para a sociedade da informação existentes em cada ministério deverão ser informados de todas as medidas adoptadas em cumprimento do diploma.

Oferta de emprego na Net

Na Net vai passar a haver um sítio que disponibilizará informações sobre emprego, ficando a sua gestão à responsabilidade da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Assim, a FCT deverá determinar o tipo de dados a incluir no sítio e estabelecer o que os serviços

e organismos da Administração Central, bem como os institutos públicos em todas as suas modalidades, devem fazer publicitar na Internet todos, incluindo os concursos para recrutamento e selecção de pessoal na área científica e tecnológica e, genericamente, todas as ofertas de emprego nessa área que sejam obrigatoriamente publicitadas em «Diário da República». Obrigadas à referida publicitação estão também as entidades, públicas ou privadas, que promovam a oferta pública de emprego na área científica e tecnológica total ou parcialmente financiado por fundos públicos. Prevê-se que aqueles organismos e serviços possam ainda fazer publicitar no sítio referido outras ofertas de emprego na área científica e tecnológica, facultade que é estendida a quaisquer instituições privadas. O Governo determinou igualmente que as instituições públicas de I&D e as instituições públicas de ensino superior devem transmitir à FCT informação completa e actual sobre os quadros de pessoal respectivos, no que se refere aos lugares da carreira de investigação científica, docente universitária e docente do ensino politécnico. Entretanto, nesta área governativa, foi aprovada a atribuição de relevância jurídica à disponibilização e submissão por via electrónica dos modelos dos formulários dos organismos e serviços públicos integrados na

Administração Pública. O diploma em questão vem regular a elaboração dos formulários electrónicos por parte dos organismos e serviços públicos integrados na Administração Central, incluindo os institutos públicos em todas as suas modalidades, e a sua disponibilização, em suporte digital, bem como a possibilidade da respectiva submissão electrónica pelo público em geral. Nele, estabelecem-se ainda as condições em que o modelo do formulário transmitido *on-line* tem o mesmo valor que o entregue em suporte papel. Na reunião da passada quinta-feira, o Conselho de Ministros decidiu criar um registo normal de teses de doutoramentos em curso. Este registo será constituído pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias (OCT), ao qual os estabelecimentos de ensino superior portugueses devem comunicar um conjunto de elementos relativos aos respectivos doutorandos (nome; título do plano da tese; área disciplinar e palavras chave; instituição que confere o grau; nome do orientador; data de registo do tema da tese de doutoramento). Os doutorandos portugueses em instituições de ensino superior estrangeiras poderão comunicar, eles próprios, ao OCT, os elementos a que referidos para efeito de inscrição no registo.

PUB internautica

O Governo fez também avançar a resolução que determina a referenciação dos sítios da Internet do Estado e a publicação de publicidade do Estado em sítios da Net operados por terceiros. Determinou-se, desta forma, que os organismos e serviços públicos integrados na administração directa e indirecta do Estado devem, sempre que apropriado, promover a referenciação dos sítios da Internet que operem em sítios da titularidade de terceiros, bem como actuar no sentido de toda a publicidade que coloquem em órgãos de Comunicação Social ser também publicada ou referenciada em sítios da Internet operados por terceiros. Desta forma, visa-se, por um lado, estimular a publicitação de informação do Estado e a referenciação dos sítios na Internet de que seja titular em outros sítios, operados por terceiros, por forma a que o público alvo da informação que se pretende divulgar seja, de facto, atingido. Por outro lado, pretende-se contribuir para a dinamização do mercado publicitário na Net dando-se, assim, cumprimento ao estabelecido pelo Governo no ano 2000, aquando da aprovação do plano de acção da «Iniciativa Internet».



As normas indispensáveis à execução do Orçamento de Estado para 2002 foram já estabelecidas pelo Governo, incluindo as relativas ao orçamento dos serviços integrados, aos orçamentos dos serviços e fundos autónomos e ao orçamento da segurança social.

A decisão foi tomada na passada reunião de Conselho de Ministros, que decorreu no dia 10, na residência oficial do primeiro-ministro. Ao contrário do que sucedia até agora, as normas relativas à execução do orçamento da Segurança Social deixam de constar de diploma autónomo e por força da nova Lei de

ECONOMIA E FINANÇAS

GOVERNO DEFINE NORMAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Enquadramento Orçamental passam a integrar um capítulo específico deste decreto-lei.

Não obstante o diploma seguir essencialmente a linha dos anteriores, reforça os mecanismos para o controlo da despesa pública e salvaguarda da consolidação orçamental.

Neste sentido clarifica-se a informação a prestar pelos serviços e fundos autónomos, privilegiando a introdução e a utilização de alguns mapas e modelos contabilísticos previstos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, no sentido de melhorar e facilitar o controlo da respectiva gestão orçamental. Foram igualmente fixadas as consequências do incumprimento da obrigação do envio da informação e consagrou-se um conjunto de

medidas, das quais se destaca a suspensão, durante o ano de 2002, da alteração dos quadros de pessoal, com algumas excepção, bem como a limitação do pessoal a admitir em cada ministério ao número global de efectivos que, por qualquer motivo, cessem funções, excepto se o aumento líquido de efectivos tiver contrapartida noutro ou noutros ministérios.

Com o mesmo objectivo e também como factor de reforço do regime da unidade de tesouraria, fixou-se que os juros que tenham sido auferidos em instituições financeiras pela utilização de todas as verbas que, por motivos imputáveis aos serviços, não tiverem sido depositadas nos cofres do Tesouro no ano de 2001 constituem receita geral do Estado.



HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA

CHEGARAM AS PULSEIRAS ELECTRÓNICAS

A revolução tranquila na área da justiça continua. O Governo deu mais um passo de gigante com vista à humanização da Justiça com a introdução das pulseiras electrónicas – um sistema de vigilância electrónica alternativo à prisão preventiva para pequenos delitos.

António Guterres, que se encontrava acompanhado pelo titular da pasta da Justiça, António Costa, na cerimónia de lançamento do sistema de monitorização electrónica, afirmou que esta é uma medida de «humanização da justiça», de «redução do impacto da privação de liberdade» e um novo instrumento para reduzir o número de presos preventivos, que constitui um terço da população prisional (cerca de quatro mil reclusos).

António Costa, por sua vez, esclareceu que serão «a personalidade e as circunstâncias do arguido» a ditar a aplicação, acrescentando que um cidadão com antecedentes de violência não encaixa na medida.

TURISMO

2001 FOI O MELHOR DE SEMPRE

Apesar de se tratar de um ano desfavorável – desaceleração das economias – o que foi agravado pelos atentados de 11 de Setembro, 2001 fica para a história como o melhor de sempre do turismo português em número de visitantes (12,2 milhões) e receitas (6085 milhões de euros).

Visivelmente satisfeito com mais esta «performance» de um dos sectores mais importantes da nossa economia – que mais uma vez demonstra a falsidade da teoria do caos propagandeada por Durão Barroso e seus pares – o secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, sublinhou que os recordes agora alcançados sucederam a «três anos de crescimentos extraordinários».

O governante destacou ainda que o turismo interno «adquiriu uma expressão permanente, sólida, irreversível», com mais de 9,4 milhões de portugueses maiores de 15 anos a gozarem férias (71 por cento), dos quais (51 por cento) fora da residência habitual, o que coloca Portugal ao nível da média europeia.





ALQUEVA

OBRAS DO PAREDÃO CONCLUÍDAS

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, assinalou a conclusão dos trabalhos de construção do paredão da barragem de Alqueva e deslocou-se à nova aldeia da Luz, para verificar a situação dos acabamentos. As comportas devem ser fechadas para testes já no próximo mês. Esta é uma obra que para sempre ficará ligada aos governos do PS.

Adjudicada em Dezembro de 1996, a empreitada principal de construção civil da barragem e central hidroeléctrica de Alqueva, teve as primeiras betonagens em Maio de 1998.

Foram necessários cerca de um milhão e 100 mil metros cúbicos de betão e 20 mil toneladas de aço para dar corpo à barragem de Alqueva, a qual conta com 96 metros de altura máxima, contados a partir da fundação, e um coroamento de 458 metros.

A infra-estrutura será ainda equipada com uma central hidroeléctrica – com dois grupos produtores de energia de 120 mw cada – que terá capacidade para produzir, em ano médio, cerca de 380 gw/hora, equivalente ao dobro da energia necessária para abastecer os concelhos de Beja e Évora, ou uma cidade de 180 mil

habitantes.

A capacidade máxima da barragem, à cota 152, representa um volume útil de 3.150 hm³, constituindo-se assim, segundo a EDIA, uma reserva estratégica de água.

A Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva (EDIA), responsável pela gestão do empreendimento, realça que com esta obra terminada, «aguarda-se apenas que o leito do rio Guadiana fique liberto de outras empreitadas», que ainda decorrem, para se iniciar a primeira fase do enchimento da albufeira. Depois de preenchidas todas as condições de segurança, a EDIA garante que «serão então aproveitadas as aflúencias da presente época húmida».

M.R.

ENERGIA

INAUGURADO PARQUE EÓLICO DAS MALHADAS



Beneficiando directamente os concelhos de Góis e Pampilhosa da Serra, foi inaugurado, pelo ministro da Economia, o novo parque eólico das Malhadas, uma fonte de energia renovável e não poluente.

A infra-estrutura é composta por 15 aerogeradores, com uma capacidade unitária de 670 kw, sendo a potência

instalada de 9,9 mw.

Segundo a autarquia de Góis, estão em curso negociações para instalar mais sete parques, tirando partido de um recurso endógeno que deve beneficiar todo o concelho.

Com estes sete parques – que se juntam aos dois já em funcionamento – o município

poderá atingir uma facturação bruta da ordem dos dois milhões de contos (cerca de dez milhões de euros) ao fim de 25 anos.

O Parque Eólico das Malhadas, situado na Serra da Lousã, foi instalado pela empresa RES – Renewable Energy Systems, e os seus 15 aerogeradores produzem energia suficiente para abastecer 14 mil habitações.

ENTRE-OS-RIOS

CASTELO DE PAIVA COM OBRAS DE 60 MILHÕES DE EUROS

Oitenta por cento das obras prometidas pelo Governo para Castelo de Paiva já estão com concurso feito ou em andamento.

Estas obras totalizam 60 milhões de euros (12 mil contos), faltando apenas lançar dos troços da variante à estrada nacional (EN) n.º 222, no valor aproximado de 15 milhões de euros (três milhões de contos).

Para completar a variante à EN222 falta construir um lanço entre Cruz da Carreira e a ponte de Pedorido e outro entre o limite sul do concelho e as imediações da barragem de Crestuma/Lever, em Vila Nova de Gaia, num conjunto de obras que se prevê possam ser lançadas ainda este trimestre.

Ainda no domínio das acessibilidades, estão em construção duas novas pontes sobre o Douro, uma destinada a trânsito local, pronta em 18 de Abril, e outra a concluir até Fevereiro de 2003 e a integrar o futuro itinerário complementar (IC) n.º 35.

Parte deste IC – entre Fornos (Castelo de Paiva) e Entre-os-Rios (Penafiel) – foi já sujeito a concurso. Em curso estão trabalhos de reabilitação nas estradas nacionais 222 (Vila Nova de Gaia/Castelo de Paiva), 224 (Entre-os-Rios/Bairros), 225 (Castelo de Paiva/Alvarenga) e 222-1 (Cruz da Carreira-Greire).

Decorrem também obras de reabilitação do antigo hospital das minas do Pejão e de construção de uma nova escola do segundo e terceiro ciclos do ensino na Freguesia da Raiva.



«A presidência da OSCE representa, na verdade, uma oportunidade única para que Portugal possa continuar a dar expressão ao seu apego a uma política de direitos humanos, de enraizamento da democracia e de promoção da paz, da estabilidade e da prosperidade no mundo e em particular no continente europeu»

JAIME GAMA

A presidência portuguesa aposta, nomeadamente, no reforço do diálogo político da OSCE, no desenvolvimento equilibrado das suas dimensões humana, económico-ambiental e

político-militar, bem como na dinamização dos vectores de prevenção de crises, resolução pacífica de conflitos e reabilitação pós-conflito. A operacionalidade do conceito da Plataforma de Segurança Cooperativa e a promoção do papel da organização face ao terrorismo, extremismo violento, xenofobia e intolerância são outros pilares do programa.

O ministro dos Negócios Estrangeiros vai igualmente incidir na consolidação e melhoria do funcionamento e capacidade da OSCE, no fomento da cooperação com outras áreas geográficas (Mediterrâneo e Ásia) e na maior visibilidade da organização pela sociedade civil.

PRESIDÊNCIA DA OSCE

GAMA APRESENTA PROGRAMA EM VIENA

As grandes linhas de acção da presidência portuguesa da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) foram apresentadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, em Viena. O combate ao terrorismo é a principal prioridade do programa que o chefe da diplomacia portuguesa explicou ao Conselho Permanente da OSCE, sediado na capital austríaca.

Os Balcãs, Cáucaso e Ásia Central são regiões no centro da atenção de Jaime Gama.

Gama prepara reunião de organizações internacionais

Entretanto, Jaime Gama anunciou na sexta-feira que Portugal vai acolher em Junho uma reunião entre secretários-gerais de todas as grandes organizações internacionais para coordenação das agendas e actividades de luta contra o terrorismo internacional, no quadro da promoção de uma segurança abrangente e

cooperativa para a Europa do século XXI.

O chefe da diplomacia portuguesa e presidente em exercício da OSCE falava após uma reunião com o secretário-geral da NAO, lorde George Robertson, que teve por objectivo a análise de uma articulação de esforços entre as duas organizações tendo em vista o estabelecimento de pontes de contacto reforçadas e a definição de canais abertos de comunicação para gestão de cenários em áreas problemáticas, como seja a dos Balcãs e em particular a Macedónia e o Kosovo.

J. C. C. B.

ASSINE & DIVULGUE

ACÇÃO SOCIALISTA

ESTAMOS NA NET EM www.ps.pt/accao

PARLAMENTO EUROPEU

SOUSA PINTO PROPÕE PASSAPORTE EUROPEU

Sérgio Sousa Pinto vai apresentar ao Parlamento Europeu uma proposta que visa a criação de passaportes e de documentos comuns a todos os Estados-membros. Na origem desta iniciativa do eurodeputado socialista está a necessidade de se reequacionar os conceitos de segurança e de liberdade de circulação, de forma a garantir a defesa dos direitos dos cidadãos nesses planos.

Caso seja aprovada, a iniciativa legislativa de Sousa Pinto produzirá efeitos políticos mais

profundos ao permitir que seja ultrapassada a interpretação que é dada actualmente a um artigo do Tratado de Maastricht, que estabelece as competências da Comissão Europeia.

O eurodeputado socialista considera que as actuais regras não funcionam, e aponta como exemplo a quantidade enorme de passaportes que são desviados dos Estados-membros e que entram no circuito da imigração ilícita, não só de mão-de-obra clandestina como também no que se refere à criminalidade internacional organizada, uma preocupação que aumentou após os atentados de 11 de Setembro. Recorde-se que o desvio de passaportes para o mercado negro é um flagelo que assola todo o Velho Continente.



LÍDER NOVO OPORTUNIDADE NOVA

Os resultados eleitorais do passado dia 16 de Dezembro provocaram profundas alterações no País e no nosso partido. Os factos são conhecidos e algumas consequências também. Dispenso-me, pois, de enunciar e comentar pormenorizadamente uns e outras.

O importante, neste momento e neste local, é reflectirmos sobre o passado para dele extrairmos alguns ensinamentos que nos ajudem a melhor prepararmos o futuro.

Como diz o povo na sua proverbial sabedoria, não vale a pena chorar sobre o leite derramado. Ou se arranja mais leite ou se bebe outra coisa. E com cuidado porque, em matéria de bebidas, especialmente daquelas que interferem com as capacidades dos automobilistas, também estamos conversados.

Passando directamente aos factos. Começo por realçar a correcção da atitude do António Guterres. Não obstante tratar-se de eleições autárquicas, e portanto de âmbito local, e independentemente da interpretação dos resultados e das ilações a retirar (na certeza de que não há leituras unívocas), é fácil compreender a decisão do secretário-geral do PS e reconhecer-lhe dignidade e lucidez. Decisão que a todos surpreendeu, dentro e fora do partido.

Mesmo aqueles que andaram a clamar por eleições antecipadas e a dizer que estavam preparados, ficaram muito incomodados e «inestabilizados», mas sem argumentos. Este não era seguramente o momento desejado pelos líderes partidários para a realização de eleições. Ser-lhes-ia mais favorável continuar a desgastar o governo. Começariam por exigir a apresentação de uma moção de confiança, para depois solicitarem ao presidente da República a dissolução da Assembleia e a marcação de eleições antecipadas. Ou seja, os resultados práticos de tudo isto não seriam muito diferentes da situação que estamos a viver. Com excepção do tempo, mais tempo, todo ele dedicado a denegrir o Governo e a acusar o primeiro-ministro e os socialistas de estarem agarrados ao poder e de só saírem se empurrados.

Com a tendência que alguns deles têm, especialmente os do PSD, para avaliarem os comportamentos dos outros à sua imagem e semelhança, ficaram surpreendidos com o desprendimento e o sentido de Estado de António Guterres. Não é qualquer um que tem a lucidez e a coragem de tomar a iniciativa de se sacrificar, como ele fez e sem que ninguém, pelo menos naquela altura, lho exigisse, em nome do interesse nacional e também do PS. Terminámos o fatídico ano de 2001, atordoados pelo resultado das eleições e com um líder demissionário. Decorridas pouco mais de duas semanas do

Não obstante tratar-se de eleições autárquicas, e portanto de âmbito local, e independentemente da interpretação dos resultados e das ilações a retirar (na certeza de que não há leituras unívocas), é fácil compreender a decisão do secretário-geral do PS e reconhecer-lhe dignidade e lucidez. Decisão que a todos surpreendeu, dentro e fora do partido.

ano da capicua (bons augúrios?), ao mesmo tempo que vamos digerindo a derrota, estamos-nos a reorganizar e, no final desta semana, iremos eleger o novo secretário-geral. A avaliar pela mobilização do partido e pela afluência de militantes e independentes que têm comparecido às sessões promovidas pela candidatura – como aconteceu na FAUL – tudo leva a crer que Eduardo Ferro Rodrigues obterá uma votação maciça nesta eleição. E bem a merece, não só pelas suas qualidades pessoais e políticas, mas também porque esteve disponível num momento complicado da vida do PS. E isso não deve ser esquecido.

O novo líder representa uma nova oportunidade para o PS. Tem uma imagem muito positiva, de grande competência e honestidade, reconhecida até pelos seus adversários. Representa a mudança e a novidade, sem rupturas nem conflitos inúteis. Também por isso ele é uma mais-valia para as próximas eleições legislativas, como indiciam os estudos de opinião recentemente divulgados.

Não será um passeio alegre nem uma campanha fácil, mas é possível e desejável que o PS ganhe as próximas eleições legislativas. Está nas nossas mãos e merecermos a vitória.



EDITE ESTRELA

O RAPAZ DO TRAPÉZIO VOADOR

O rapaz do trapézio voador trazia na ideia um salto «imortal», sem rede, na glória dos lugares escuros e do rufo dos tambores. Era o «suspense» absoluto. E ele que se arrojara ao Tejo, pudibundo e vacinado e até, em assomo jáulico enfrentara os dóceis leões. Tinha uma ideia. Sempre a mesma, insistente. Voar no espaço, por cima dos trapézios e das luzes, e até da corista velha que via mal ao longe.

O rapaz do trapézio voador imaginara o voo, no sossego da noite, certo da sua entrada em cena.

O velho artista já só aparecia em dias de gala, tonitroante.

Ao titular renunciava vocação diversa e Mimi Travessuras já lhe havia predestinado sorte azarada no desembarque.

Só o rapaz do trapézio voador atravessava a noite num salto imortal...

Por cima dos telhados ele adivinhava as casas, as escadas, os cubículos menores, até os desencontros no virar do bairro. O voo atravessava agora

Por cima dos telhados ele adivinhava as casas, as escadas, os cubículos menores, até os desencontros no virar do bairro. O voo atravessava agora o trapézio, o próprio voo, embriagante e súbito. Nada lhe atrasava a ideia, a vertigem funâmbula que desafiava o correr dos dias e dos feitos. O real fazia-o à sua medida, dos aplausos, das luzes e do pasmo do observador próximo.

o trapézio, o próprio voo, embriagante e súbito. Nada lhe atrasava a ideia, a vertigem funâmbula que desafiava o correr dos dias e dos feitos. O real fazia-o à sua medida, dos aplausos, das luzes e do pasmo do observador próximo.

Ao atravessar a noite num salto imortal, o rapaz do trapézio voador acordara no dia seguinte: sem rede, sem luzes, sem tambores, e até a velha corista que não via ao longe tinha desaparecido.



ALBERTO MARTINS



O MITO DO SISIFO

É verdade que o PS adicionou à sua rica história política sucessos no combate à pobreza, aos mais fracos, aos excluídos do processo de desenvolvimento, à impreparação profissional, à criação de uma rede pré-escolar etc.. Mas faltou-lhe opções claras em outros domínios, designadamente na política fiscal.



JOSÉ SARAIVA

O verdadeiro problema da política é saber perder para se saber ganhar. O PS já ganhou — nos últimos anos somou triunfos inquestionáveis - e perdeu — por vezes, até, em alguns casos inesperadamente e mesmo injustamente.

Agora, o tempo é novo: temos de recomeçar a subir a montanha. Em pouco tempo, porém, somos chamados, de novo, a propor aos portugueses coisas claras e que sejam compreendidas por todos, de modo a que cada um de nós saiba verdadeiramente qual é o registo em que nos movemos. É uma tarefa complexa e difícil, mas somos obrigados pelas circunstâncias a, outra vez, avançarmos com determinação, ao encontro dos portugueses.

Mas há outras questões que urgem ser resolvidas este ano. Tais como, por exemplo, saber *quantos somos e quem somos*. Há dias, no Porto, ouvi falar já em um processo de refiliação. Não me parece mal. Mas não é suficiente. É urgente repensar a estruturação do PS: que secções, que *concelhias*, que *federações*?

Sou objectivamente contra o «partido-empresa», mas sou, de igual modo, contra as *secções* que só servem para alguns assumirem atitudes ou, até, se perpetuarem em órgãos locais...

Mais grave, porém, é o enfraquecimento dos órgãos nacionais. Pode haver um Executivo de 40 personalidades? É exequível o seu funcionamento, a sua operacionalidade?

A Comissão Política Nacional pode continuar a ser o quê (o que foi, designadamente nestes últimos seis anos), uma câmara de eco, ou, simplesmente, um palco de pequenas e grandes vaidades? Assisti a algumas dessas reuniões e, com toda a franqueza, raramente vi um debate aberto e franco. Preferem-se os corredores... Isto, assim, sempre será. Mas não é sério!

Temos de «emagrecer» esses órgãos, de modo a que a análise da coisas concretas se aprofunde. Que fique claro: sou a favor do diálogo, mas não da hesitação!

Depois é urgente rever, também, a existência de alguns órgãos — com a natural excepção da JS (que, por agora, não ponho em causa) — designadamente o Departamento de Mulheres ou mesmo a ANA/PS. Que papel, de facto, desempenham?

Sei, naturalmente, que são matérias que para uns serão de «estatutos» mas que são essencialmente de modelo de partido. É isso que deve estar em discussão nos próximos tempos, sendo, igualmente, verdade que, por exemplo, a relação de poder entre os diversos órgãos partidários se não for clara, irá, futuramente, constituir focos de tensão e de desavença como sucedeu na preparação e escolha das candidaturas autárquicas.

Temos a obrigação de «arrumar a casa».

Outra das questões em aberto é a sedução feita aos independentes. Tenho hoje sérias dúvidas sobre esse comportamento de quase submissão à ideia de que, fora das paredes partidárias, estão os que melhor são capazes de responder às exigências. Não discuto as competências, mas no PS convivem «quadros» de inegável qualidade a que muitas

vezes não se presta a dúvida atenção...

Depois, estudar as políticas e criar no quadro de um corpo de doutrina que matrisa o PS, opções claras para os vários sectores. Navegar à bolina é uma atitude perigosa.

Finalmente, a «nossa via» é ou não a única via? Peter Mandelson, um dos «gurus» dos trabalhistas britânicos, dizia, há dias no «The Guardian» que não há alternativa. E apoiava-se no último livro de Anthony Giddens — «E agora? Para onde deve ir o novo trabalho?» — para enfatizar os inconvenientes de não ter Blair um conjunto de ideias claras sobre matérias exigentes. Tal como entre nós, digo eu.

É verdade que o PS adicionou à sua rica história política sucessos no combate à pobreza, aos mais fracos, aos excluídos do processo de desenvolvimento, à impreparação profissional, à criação de uma rede pré-escolar etc.. Mas faltou-lhe opções claras em outros domínios, designadamente na política fiscal.

Sei que a hora é de luta. Que é preciso triunfar sobre a corrente neoliberal que o PSD interpreta. Tenho, claro, confiança. Não iludo, todavia, as minhas preocupações. E não as escondo, nem me refugio no «aparelhismo» que caracteriza mal a vida dos partidos e que, para mitos, parece inelutável. Penso sinceramente que tal como Sísifo foi condenado a passar o resto da vida a erguer a pedra até ao cimo da montanha que depois tombava pela encosta, teremos nós, agora, de novo, de, com esforço, reerguer as pedras e reconstruir a vitória. Mas é indispensável que Sísifo não seja apenas uma mitologia, mas uma realidade nossa contemporânea.

CHEGA DE BOTA ABAIXO.



Falar é fácil. Fazer é conosco.



PROPOSTAS PARA O FUTURO IMEDIATO DO PS

Estas notas preparadas para o encontro promovido por Ferro Rodrigues no Hotel Altis, no dia 9 de Janeiro, onde não puderam ser apresentadas dada a imensa afluência de militantes, vão ser enviadas à COC para serem admitidas como moção, no caso de na Convenção poderem ser aceites para discussão outras moções além das apresentadas pelos dois candidatos Ferro Rodrigues e Paulo Penedos. Se for o caso, onde nelas aparece escrito Ferro Rodrigues, deve ser entendido: o secretário-geral eleito, Ferro Rodrigues ou Paulo Penedos. Em qualquer caso é pedida a sua publicação no «Acção Socialista».

I- Penso que a decisão de se realizar uma Convenção em vez de um Congresso não foi a melhor. Se a opção tivesse sido o Congresso, teríamos, neste momento, centenas de militantes a prepararem moções e a organizarem-se com vista a participarem no que seria, estou convicto, um Congresso renovador e mobilizador do PS. Com a solução adoptada, os canais de renovação do PS foram momentaneamente concentrados em Ferro Rodrigues que tem assim uma imensa responsabilidade.

Uma vez que foi esta a solução adoptada, interessa que se desenvolva do melhor modo e seja um bom começo de renovação do PS que o prepare para as tarefas que tem na frente.

Com este intuito tenho uma pergunta a fazer a F.R.:

A actual Comissão Nacional vai continuar.

O nº3 do artigo 59 dos estatutos diz que: «A Comissão Política Nacional é eleita pela Comissão Nacional pelo sistema das listas completas e segundo o princípio da representação proporcional».

O nº7 do mesmo artigo diz que: «O Secretariado Nacional é eleito segundo o sistema de lista completa, sob proposta do secretário-geral».

Ferro Rodrigues vai, necessariamente, reunir a Comissão Nacional para este órgão eleger o novo Secretariado. A pergunta que lhe faço é esta:

Na reunião onde vai ser eleito o novo Secretariado, vai Ferro Rodrigues propor uma nova Comissão Política Nacional?

No caso de o entender fazer, apresentando para o efeito uma lista que quase de certeza será única, dispõe-se, na elaboração desta lista, a adoptar um critério abrangente que alargue a sectores mais vastos que os hoje presentes na Comissão Nacional, eleita no último Congresso?

E, no caso de aceitar este último ponto, dispõe-se a aproveitar a ronda que está a fazer pelas federações para sentir e detectar valores e sensibilidades que possam vir a integrar essa Comissão Política renovada, alargada e enriquecida?

Se o fizer, acho que o PS poderá contar com um órgão que o poderá representar validamente quando for necessário pensar e definir a sua política em prazos apertados, como provavelmente será o caso depois de conhecidos os resultados das eleições legislativas.

II- O nosso camarada António Guterres demitiu-se logo a seguir às autárquicas. Embora algo precipitada esta demissão teve o imenso mérito de indicar ao PS a absoluta necessidade de se renovar.

Ora, no dia 16 de Dezembro, houve um PS derrotado e um PS vitorioso.

O PS derrotado foi o das comissões políticas concelhias e federativas dominadas por clientelas que perderam o sentido das suas obrigações para com o país, que não souberam apresentar propostas para a comunidade, que apresentaram candidatos que deram do PS a imagem de um partido sem ideias, fechado sobre si próprio e incapaz de se renovar.

O PS vencedor foi o das comissões que, superando dificuldades, apresentaram candidatos que transmitiram algo para o exterior e, embora em muitos casos sem ganhar Câmara, ganharam votos e deram do PS uma imagem que o valorizou.

Se o secretário-geral, em face de resultados considerados maus, entendeu demitir-se, com muito mais forte razão devem as estruturas concelhias e federativas que tiveram maus resultados pôr o problema da sua demissão. Não devem ser as estruturas nacionais a pressioná-las. O problema das estruturas locais se demitirem, ou não (e quando) para permitir um renascimento do partido a partir da base, é um problema delas próprias que deve ser deixado à consciência, e permito-me dizer, à inteligência política dos seus militantes.

Há, no entanto, um problema que interessa a todo o partido: o da escolha dos candidatos a deputados. Esta escolha deve revelar a vontade e a capacidade de renascimento do PS.

É absolutamente inadmissível que as estruturas que se revelaram as mais incapazes de iniciar este renascimento tenham um papel dominante na escolha dos candidatos.

O artigo 91º dos Estatutos diz que 70 por cento dos candidatos a deputados devem ser indicados pelas Federações. O nº 4 do artigo 90º diz que a Comissão Nacional pode avocar uma série de competências de órgãos inferiores. Pode-se discutir se este nº 4 é aplicável ao indicado no artigo 91º, que se segue.

Mas a Comissão Nacional tem competência delegada pelo anterior Congresso para alterar os Estatutos. Foi esta capacidade, aliás, que lhe permitiu decidir a eleição do secretário-geral sem ser em simultâneo com um Congresso. A Comissão Nacional só vai reunir, provavelmente, uma vez antes das eleições.

Nestas condições legais, mas de verdadeira excepção, propõe-se que:

1- A Comissão Nacional na sua primeira reunião avoque todas as competências previstas no artigo 91 dos Estatutos.

2- Delege todas estas competências na Comissão Política Nacional.

3- Recomende à Comissão Política Nacional que ouça as opiniões das Federações sobre as escolhas dos candidatos a deputados, aproximando-se tanto quanto possível do previsto no nº 1 do artigo 91º, mas sem a isso se sentir formalmente obrigada.

É este o caminho único da legalidade, do bom senso, e do entendimento entre os socialistas, pelo menos dos que sentem que é necessário renovar o PS para o combate que se avizinha.

III- O PS vai travar uma batalha difícil. Se ganhar, se formar governo, os que acompanham de perto Ferro

Rodrigues vão ser ministros. É normal e é justo. Mas se perder, se o PS não formar governo, o que vão fazer? Vão ficar comodamente instalados em postos de direcção do PS, ou vão continuar a travar a batalha pela sua renovação?

Um Congresso Nacional logo a seguir às eleições será, ou o Congresso do Aplauso e da auto-satisfação, ou um congresso desorientado e com tendência para imolar os que estiveram à frente. Em qualquer dos casos, dificilmente será o congresso da renovação.

As estruturas concelhias e federativas do PS são, em muitos casos, órgãos virados para dentro, avessos à renovação e com ligações insuficientes à massa dos militantes. Muitas das secções que elegem delegados estão praticamente fechadas desde há anos, nalguns casos desde há décadas, e são controladas por pequenos grupos que se não renovam.

Com a actual exigência de listas completas e com suplentes de dimensões exorbitantes para eleger delegados nas secções, o renascimento do PS num Congresso de baixo para cima é praticamente impossível.

A renovação do PS exige algo mais. Exige, no caso de uma derrota nas legislativas, que dirigentes como os que agora acompanham Ferro Rodrigues tenham a humildade, de vir a disputar eleições nas concelhias e federativas.

Em qualquer caso, são essas eleições, mais próximas dos militantes que se devem fazer em primeiro lugar. Depois, mais tarde, deverá ser feito o Congresso Nacional mas, antes, a actual Comissão Nacional tem a obrigação de pôr em funcionamento o Fórum de debates aprovado no último Congresso.

É na sequência de debates iniciados nesse Fórum, que podemos ter um Congresso válido que possa iniciar uma nova época para o PS.

Há uma convicção que nos deve animar: com massa dos portugueses que o apoiam, o PS tem todas as condições para ganhar estas eleições, ou as próximas de 2006. Mas devemos também saber que para o conseguir o PS precisa, em absoluto, de se renovar.

IV- Estes encontros são feitos, entre outras coisas, para os dirigentes ouvirem opiniões e sugestões dos militantes. É uma prática antiga que tem funcionado com resultados muito insuficientes. Mas vejo na convocatória que me chegou algo de novo que me agradou: o convite para enviar contributos escritos para a candidatura.

É preciso que esta prática se institucionalize no PS. Sugiro que haja no PS um serviço com uma indicação, que poderá ser, simplesmente: «Contributos» e um endereço de e-mail, para onde os militantes possam enviar os seus contributos. Esse serviço deverá atribuir um número de entrada aos textos recebidos, acusar a sua recepção na volta do correio, e informar depois os autores do eventual encaminhamento que lhe seja dado. É um mínimo a que tem direito quem envie um contributo.

A Direcção deverá, ainda, ter colaboradores capazes que semanalmente façam uma síntese dos textos chegados.

Se isto for feito, e é fácil fazê-lo, os militantes ficarão a saber que, num partido que anda constantemente a ouvir independentes, os contributos internos deixarão registo e poderão, também, ser ouvidos e eventualmente tidos em conta.

Considero que a Direcção do PS, pelo respeito que deve aos militantes, a isto se deve sentir obrigada.



ANTÓNIO BROTAS

Se o secretário-geral, em face de resultados considerados maus, entendeu demitir-se, com muito mais forte razão devem as estruturas concelhias e federativas que tiveram maus resultados pôr o problema da sua demissão. Não devem ser as estruturas nacionais a pressioná-las. O problema das estruturas locais se demitirem, ou não (e quando) para permitir um renascimento do partido a partir da base, é um problema delas próprias que deve ser deixado à consciência, e permito-me dizer, à inteligência política dos seus militantes.

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

Nos próximos dias 18 e 19 decorre em todas as secções do PS a eleição do novo secretário-geral, através de voto directo, secreto e universal.

O Presidente da República deve promulgar o decreto que dissolve a Assembleia da República e convoca eleições legislativas para 17 de Março.

O primeiro-ministro, António Guterres procede ao balanço da informatização na área da Justiça.

O ministro da Educação está em Timor onde irá assinar diversos protocolos tendo em vista o ensino e a divulgação da língua portuguesa no território.

A Fundação para a Ciência e Tecnologia abre, a 20 de Janeiro, o concurso para atribuição de bolsas individuais de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento.

No Instituto Nacional de Estatística serão apresentados os resultados do Censos 2001.

No Tribunal da Maia é lida a sentença de 17 mulheres acusadas de terem praticado aborto clandestino.

Na Galeria Municipal de Abrantes está patente ao público até 3 de Fevereiro a exposição «de tanto olhar», de António Colaço.

Na Culturgest em Lisboa, tem lugar, de sexta a domingo, um conjunto de iniciativas que visam homenagear o coreógrafo Bauhaus.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

PARTIDO SOCIALISTA
E-mail info@ps.pt

GRUPO PARLAMENTAR
NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
E-mail gp_ps@ps.parlamento.pt

GRUPO PARLAMENTAR
EM BRUXELAS
E-mail PSEDelegPT@europarl.eu.int

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
JORGE SAMPAIO
E-mail belem@presidenciairepublica.pt

PRIMEIRO-MINISTRO
ANTÓNIO GUTERRES
E-mail pm@pm.gov.pt

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA
ANTÓNIO ALMEIDA SANTOS
E-mail a.almeidasantos@ar.parlamento.pt

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES
E-mail m.soares@fmsoares.pt



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director António José Seguro

Director-adjunto Silvano Gomes da Silva
silvanogomes@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro José Manuel Viegas
Grafismo Miguel Andrade

Redacção J.C. Castelo Branco
castelbranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado Sandra Anjos
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica Francisco Sandoval
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda.,
Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 47, Massamá, 2745 Queluz



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico
Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura
Junto envio o valor da assinatura

Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados

